

Anderson Teixeira Boanafina

AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO:  
uma proposição metodológica para a educação profissional

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio,  
como requisito para a obtenção do título  
de Mestre em Avaliação

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Thereza Penna Firme

Rio de Janeiro  
2009

B662 Boanafina, Anderson Teixeira.  
Autoavaliação de curso : uma proposição metodológica  
para a educação profissional / Anderson Teixeira Boanafina.  
– 2009.  
86 f. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Thereza Penna Firme.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) - Fundação  
Cesgranrio, 2009.  
Bibliografia: f. 72-75.

1. Ensino profissional – Avaliação – Rio de Janeiro (Estado).  
2. Educação e Estado - Avaliação - Rio de Janeiro (Estado).  
I. Penna Firme, Thereza. II. Título.

CDD 371.425098153

Ficha catalográfica elaborada por Vera Maria da Costa Califfa (CRB7/2051)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

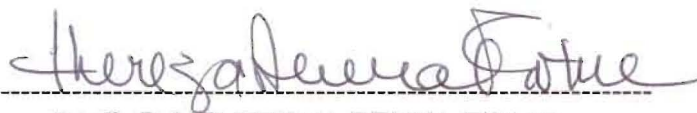
ANDERSON TEIXEIRA BOANAFINA

AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO: uma proposição metodológica  
para a educação profissional

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio,  
como requisito para a obtenção do título  
de Mestre em Avaliação.

Aprovada em 30/7/2009

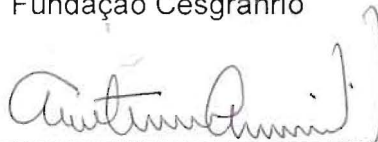
BANCA EXAMINADORA



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. THEREZA PENNA FIRME  
Fundação Cesgranrio



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. ANA CAROLINA LETICHEVSKY  
Fundação Cesgranrio



Prof. Dr. ANTENOR AMANCIO FILHO  
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca,  
Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/FIOCRUZ

Dedico esta dissertação a Deus, pelo dom da vida; aos meus mestres, pelo despertar do meu conhecimento e a minha família, pelo amor e apoio na minha caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus e aos Iluminados que, me guiando na jornada da vida e na seara da educação, permitiram que eu tivesse:

- pais, Nelson e Irene, que me dessem além da vida, uma criação digna com amor, paciência e incentivo ao estudo;
- irmãos, Jansen (saudades), Solange e Fátima, que me mostraram o sentido de família, de união e de harmonia;
- duas filhas, Mônica Gabrielly e Ana Beatriz, que através do amor incondicional me fazem caminhar, viver e aprender;
- como esposa e companheira, Lílian, com quem compartilho muitos sonhos, desejos e realizações;
- “pais” de profissão, Professores Juramir e Alcione Gomes, que foram ao mesmo tempo conselheiros, educadores e incentivadores da minha carreira;
- chefes, como Dra. Nilda Teves, Dr. Antenor Amâncio, Professora Eva Vasconcelos, Professores Orivaldo e Ivoldes (saudades), que estenderam as mãos, possibilitando o meu crescimento profissional e pessoal;
- a receptividade na Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ, e oportunidade de crescer, aprendendo com a Dra. Nara Azevedo, Dra. Cristina Fonseca e com o Dr. Luiz Otávio, (que viabilizaram a realização desse mestrado), lições necessárias para caminhar nessa nova fase da minha vida;
- a carinhosa orientação da Profa. Dra. Thereza Penna Firme que, através das suas sábias lições e atos, me ensinou o significado do mérito e da relevância de ser um eterno neófito no mundo da avaliação;
- a convivência com a orientadora Profa. Dra. Ana Carolina Letichevsky que, com a sua experiência, contribuiu para o brilho desse trabalho;
- a compreensão e as aulas da Profa. Dra. Ligia Gomes Elliot, sempre disposta a atender aos seus alunos;
- professores do Mestrado em Avaliação que, através das valiosas aulas, contribuíram na minha formação;
- a dedicação dos funcionários do Mestrado da Fundação Cesgranrio, para tornar a minha vida acadêmica mais organizada.

Enfim, passamos juntos dois anos desafiadores. Um período onde as minhas emoções foram conduzidas aos extremos, influenciadas por um novo casamento, pela partida do meu querido irmão e pela chegada da minha amada filha. A vida se renova, assim como nos reinventamos quando convivemos com novos amigos e construímos novos conhecimentos. Ao acaso, se ele existe, encontrei nas palavras da minha mentora, Thereza Penna Firme, o sentido que me faz conceber esse trabalho:

Conhecer é um processo vital, ativo; é o resultado de uma transformação contínua da experiência e está estreitamente ligado ao processo de pensar. Sua finalidade última é a harmonia do homem com o seu próprio eu e com as ideias que recebe.

## RESUMO

A tendência da educação profissional, na atualidade, aponta para integração da preparação do cidadão para o processo produtivo e para a vida em sociedade, requerendo, da escola, um ensino apoiado em sólida base de conhecimento científico associado à formação geral e cultural. Essa realidade, que permeia as instituições de educação profissional, fortalece as possibilidades de construir uma nova forma de responder às demandas sociais por emprego e geração de renda, combatendo a exclusão social e, simultaneamente, promovendo o desenvolvimento das ciências e de novas tecnologias. Surge, então, um dilema na vida do gestor de uma instituição pública de ensino profissionalizante: Como ter a certeza de que seus Cursos estão atendendo às demandas da sociedade? Uma via, para responder essa indagação, está em submeter seus Cursos a contínuos processos de avaliação ou, como será concebida no presente estudo, de autoavaliação. Assim, desde o planejamento de um novo Curso até a sua reestruturação, o gestor terá um mapeamento sobre o nível de atendimento das expectativas dos seus consumidores internos (alunos, funcionários e responsáveis) e externos (representantes do mundo produtivo e da sociedade em geral). A proposta metodológica, ora apresentada, está estruturada em quatro fases avaliativas e utiliza como referencial teórico a *Abordagem Centrada no Consumidor*, de Scriven, que associada a indicadores empregados por segmentos educacionais busca cumprir a função essencial da avaliação, ou seja, proporcionar informações que auxiliem em tomadas de decisões e, mais especificamente, produzir melhorias nos cursos avaliados. O modelo desenvolvido foi aplicado, através de um estudo de caso, em uma instituição pública no Estado do Rio de Janeiro revelando, entre outras informações, que a organização curricular e a infraestrutura estavam em concordância com a área profissional do curso oferecido. Entretanto, o curso não atendia as demandas sociais por emprego e/ou geração de renda.

Palavras-chave: Autoavaliação. Educação profissional. Metodologia.

## **ABSTRACT**

Professional education, nowadays, indicates a tendency to integrating the preparation of the individual to the productive process to the skills necessary to living in society, thus requiring an education based on scientific knowledge associated to general and cultural knowledge. This reality, present in institutions that offer professional education, favors programs that respond to the social demands for employment and for productivity, fighting social exclusion and, at the same time, promoting the development of science and new technologies. Managers of programs offered by public educational institutions face a dilemma: how can they be certain that such programs are responding to the demands of the society? One possible way to respond to this question is to have on-going program evaluations or, as is the case of the present work, to establish program self-evaluations. Therefore, programs should be evaluated from the moment they are planned, in such a way that their administrators can have a detailed picture of the ways in which the programs are responding to the demands of their internal consumers (students, their parents and teachers) as well as their external consumers (representatives of the productive world and the society at large). The methodological proposition here presented is structured into four evaluative steps and utilizes the Scriven approach centered in the consumer as its theoretical basis. This approach linked to indicators utilized by educational sectors tries to accomplish the essential function of evaluation, that is, to provide information that helps in the decision making process and more specifically to promote improvement of the evaluated courses. The developed model was applied through a case study in a public institution in Rio de Janeiro. The results revealed among other findings that the curricular organization and the infrastructure were in syntony with the professional area of the course. However, the referred course does not answer the social demands related to employment and/or productivity.

Keywords: Self-evaluation. Professional education. Methodology.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Avaliação Diagnóstica: Insumos.....	40
Quadro 2	Avaliação Formativa – Processo.....	41
Quadro 3	Avaliação Somativa – Produto.....	43
Quadro 4	Avaliação Somativa – Resultado. ....	45
Quadro 5	Itens básicos para projeto de curso .....	59

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
2	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONTEXTO ATUAL</b> .....	15
3	<b>PRESSUPOSTOS SOBRE AVALIAÇÃO</b> .....	22
3.1	ALGUMAS ABORDAGENS AVALIATIVAS.....	28
3.2	INDICADORES NO CAMPO EDUCACIONAL.....	29
4	<b>AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO: UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA</b> .....	34
4.1	UMA BREVE VISÃO SOBRE A AVALIAÇÃO CENTRADA NO CONSUMIDOR.....	34
4.2	A ESTRUTURA DA PROPOSTA METODOLÓGICA.....	36
4.3	A AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS.....	38
4.3.1	Primeira Fase da Autoavaliação – Fase Diagnóstica.....	39
4.3.2	Segunda Fase da Autoavaliação – Fase Formativa.....	41
4.3.3	Terceira Fase da Autoavaliação – Fase Somativa/1.....	42
4.3.4	Quarta Fase da Autoavaliação – Fase Somativa/2.....	44
4.4	FÓRMULAS UTILIZADAS NOS INDICADORES PROPOSTOS.....	45
5	<b>A APLICAÇÃO DO MODELO DE AUTOAVALIAÇÃO</b> .....	50
5.1	AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	51
5.1.1	Perfil dos Consumidores da Autoavaliação.....	52
5.1.2	Informações Gerais sobre o Curso.....	53
5.1.3	Questionário Aplicado.....	54
5.2	RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO.....	54
5.2.1	Primeira Fase – Diagnóstica.....	54
5.2.2	Segunda Fase – Formativa.....	56
5.2.3	Terceira Fase – Somativa/1.....	60
5.2.4	Quarta Fase – Somativa/2.....	63
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	72
	<b>ANEXOS</b> .....	76

## 1 INTRODUÇÃO

Um processo avaliativo é indispensável para guiar qualquer instituição que busque a melhoria dos seus processos, serviços e/ou produtos. Pode-se até afirmar que a avaliação é um essencial instrumento de apoio à gestão dessas instituições, tanto para o seu desenvolvimento como para o alcance de padrões elevados de qualidade dos seus resultados.

Na esfera pública, a avaliação adquire um papel importante ao contribuir no processo de transparência e de implementação de ações que, posteriormente, terão seus resultados refletidos na sociedade brasileira. É através dela que os cidadãos verificam de que forma os tributos estão sendo convertidos, ou não, em benefícios.

Nas últimas décadas, a consolidação da democracia vem contribuindo para aumentar a participação da sociedade nas intervenções do Estado, seja exigindo austeridade, dos poderes constituídos na função fiscalizadora, ou optando por uma Universidade pública que apresente destaque nas avaliações externas dos seus Cursos, por exemplo. De qualquer forma, um processo avaliativo, preciso e ético, é um instrumento de gestão que auxilia no combate ao desperdício de recursos e, conseqüentemente, no atendimento as demandas da sociedade, a qual é financiadora e consumidora dos serviços públicos.

A própria Lei de Defesa do Consumidor, Lei n.º 8.078 (BRASIL, 1990, Art. 4º, Inciso VII), estabelece como princípio a transparência e a harmonia das relações de consumo na “racionalização e melhoria dos serviços públicos”, visando aperfeiçoar atividades exercidas pelas instituições públicas, buscando otimizar os resultados e o atendimento dos interesses dos consumidores desses serviços, dentro de padrões que reflitam a satisfação da sociedade.

Considerando que o consumidor de serviços públicos é o mesmo que consome produtos e serviços das instituições privadas, pelo princípio da igualdade, tais serviços devem manter um bom nível de atendimento aos seus clientes.

Convém ressaltar que, mesmo não gerando lucro financeiro, as atividades desenvolvidas na prestação do serviço público não devem, coerentemente, frustrar as expectativas e demandas da sociedade em ver o retorno dos impostos pagos que, na dimensão da educação profissional, pode ser entendido como sendo o preparo do indivíduo para o emprego e/ou geração de renda.

No caso da educação, de acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e o Artigo 2º da Lei nº. 9.394 (BRASIL, 1996, Art. 206, Inciso VII), Lei de Diretrizes e Bases, o Estado assume, com a família, o dever de educar o cidadão para a vida em sociedade com base no princípio, entre outros, da “garantia de padrão de qualidade” do ensino ministrado. Com isso, o Estado se obriga a oferecer escolas públicas em condições de atender às demandas da sociedade por uma educação que desenvolva, em seus cidadãos, as competências necessárias ao exercício da cidadania e para o trabalho. Logo, não seria errado afirmar que uma instituição pública de ensino que não atenda a esses princípios estará negligenciando o que preconiza a Constituição Federal e, conseqüentemente, a Lei de Diretrizes e Bases e demais legislações que regulam as atividades de órgãos públicos.

Nesse caso, um dilema é suscitado na vida do gestor de uma instituição pública de ensino profissionalizante: Como ter a certeza de que seus Cursos estão atendendo às demandas e expectativas da sociedade como também, a legislação e políticas públicas vigentes?

Uma via, para responder essa indagação, está em submeter seus Cursos a contínuos processos de avaliação, como será concebida no presente trabalho, de autoavaliação<sup>1</sup>. Assim, desde o planejamento de um novo Curso até a sua reestruturação, o gestor terá um mapeamento sobre o nível de atendimento das expectativas dos seus consumidores internos (alunos, funcionários e responsáveis) e externos (representantes do mundo produtivo e a sociedade em geral).

A adoção de um processo de avaliação contribui para que o gestor, da instituição de ensino, possa entender o comportamento dos seus Cursos no contexto social, norteando as suas ações no planejamento e na proposição de novas ações que objetivam a formação de profissionais.

Um processo de avaliação (no caso, autoavaliação) representa, também, uma forma de prestação contas à sociedade (*accountability*). Considerando que na maioria dos programas governamentais, determinadas atividades visíveis à população, embora eficientes no uso dos recursos, têm deixado de ser eficazes no alcance dos objetivos.

---

<sup>1</sup> A adoção de uma autoavaliação se justifica por ser um processo avaliativo (interno) estruturado e conduzido pelos próprios membros que participaram e/ou que são diretamente afetados pelo curso.

A autoavaliação não deve ser instituída como uma forma de “autopunição” ou de “identificação de culpados”. A autoavaliação deve fazer parte da cultura institucional que norteia sua trajetória e, como norma de gestão, completar a tríade já universalmente consagrada - planejar, executar e avaliar.

A compreensão da realidade antes, durante e depois da implantação de um Curso, buscará diagnosticar a necessidade de ações essenciais, não como uma atividade burocrática e incessante, mas com a finalidade de ser exercida em tempo hábil, capaz de adequar a instituição pública às maiores exigências da sociedade e a sua excelência. O desafio está em criar uma metodologia de avaliação e indicadores apropriados que dêem conta das especificidades da educação profissional, expressando sua responsabilidade na formação do ser humano, inclusive seus valores.

O estudo avaliativo ora apresentado, a partir das orientações da legislação vigente, teve por objetivo desenvolver uma proposta metodológica baseada, fundamentalmente, na adaptação dos Critérios da abordagem avaliativa de Scriven (apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), ou seja, na “Avaliação Centrada no Consumidor”, para atender às especificidades da modalidade de educação em tela, respondendo as seguintes questões avaliativas:

a) O Curso proposto está em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico regional, atendendo às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mundo do trabalho?

b) O Curso está em conciliação com as demandas identificadas, a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização?

c) O Curso respeita a identificação de perfis profissionais em função das demandas identificadas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país (região)?

d) O Curso apresenta uma organização curricular e funcional em concordância com a área profissional correlata e em função da estrutura socio-ocupacional e tecnológica?

No presente estudo avaliativo, a opção do uso da *abordagem centrada no consumidor*, baseia-se na necessidade de se obter, através dos consumidores dos Cursos de uma instituição de educação profissional, dados e informações que validem a sua existência e sua pertinência para a região onde está inserido.

A escolha da abordagem de Scriven (apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), como sendo a referência na construção de uma abordagem direcionada aos Cursos de educação profissional, se deu por sua característica de não obter respostas definitivas, mas de identificar as fragilidades e os pontos fortes, buscando, nas expectativas dos diferentes interessados, o caminho para atingir a excelência na formação profissional. Com isso, todos os consumidores do Curso são “ouvidos” e, também, assumem o papel de avaliadores.

A utilização de indicadores específicos, para a educação profissional, associados aos critérios listados por Scriven, visa identificar o grau de cumprimento da função social da instituição, bem como os possíveis desafios e oportunidades para os Cursos oferecidos.

Desta forma, o objetivo do presente trabalho é construir uma proposição metodológica avaliativa com indicadores específicos para autoavaliação de Cursos em instituição pública de educação profissional, considerando o que preconiza o Parecer CNE/CEB Nº 39 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004). Por conseguinte, discutir os conceitos de mérito e relevância no âmbito da avaliação de Cursos.

Como forma de validar a proposta metodológica foi implementado o processo de autoavaliação de um Curso de Educação Profissional na área de Restauração desenvolvido, como um projeto-piloto em 2007, em uma Instituição Pública do Estado do Rio de Janeiro<sup>2</sup>, que oferece ensino profissionalizante em outras áreas.

A opção pelo Curso em tela, dentre outros fatores, se deu pela necessidade de dados e informações sobre o atendimento das demandas regionais por profissionais de restauro e, conseqüentemente, a tomada de decisão sobre o futuro desse Curso, ou seja, sobre a necessidade de reorganização, replicação ou extinção do mesmo.

A relevância do estudo avaliativo aqui realizado, através da construção de uma metodologia avaliativa, está em tornar mais eficiente e eficaz a proposição de novos Cursos em escolas profissionalizantes públicas, objetivando a otimização do uso de recursos e o atendimento às demandas sociais por emprego e renda.

---

<sup>2</sup>A identificação da instituição foi preservada visando a ampla utilização dos dados e informações na presente dissertação.

## 2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONTEXTO ATUAL

Durante o século XX foram nove reformas no ensino secundário, pois como destaca Kuenzer (2000, p. 9-10), é "o nível de mais difícil enfrentamento, em termos de sua concepção, estrutura e formas de organização, em decorrência de sua própria natureza de mediação entre a educação fundamental e a formação profissional", ou seja, em média uma reestruturação do ensino médio (e em seu bojo o ensino técnico) a cada 11 anos, o que demonstra ser um sistema extremamente instável, sujeito a aventuras, modismos e ações isoladas, longe das políticas públicas para a esfera educacional, baseada em um planejamento estratégico que vise o futuro do País a médio e longo prazo, a exemplo dos países, hoje tidos como de primeiro mundo, que em plena Revolução Industrial investiram em educação com uma visão de desenvolvimento, considerando o ensino técnico como uma importante ferramenta integrada e integrante da econômica de um país.

O primeiro movimento, em prol de mudanças no sistema educacional, ocorreu durante a elaboração da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), onde foram inseridos artigos sobre os princípios que deveriam reger a educação nacional e, conseqüentemente, a regulamentação do funcionamento do sistema de ensino no Brasil. Contudo foram oito anos (1988-1996) de debates e concessões para que a nova Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) fosse sancionada e promulgada.

Dentre as muitas mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases, trouxe a Educação Profissional como sendo complementar à Educação Básica, preservando, entretanto, a opção de concomitância (na mesma ou em diferentes instituições de ensino) durante o ensino médio, sendo regulamentado pelo Decreto Federal nº 2.208 (BRASIL, 1997)<sup>3</sup>.

A Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), em seu Capítulo III, trata da Educação Profissional, mudando por completo todos os conceitos e estruturas existentes na Lei nº. 5.692 (BRASIL, 1971) e no Parecer CFE nº 45/72, excluindo a profissionalização obrigatória na estrutura do ensino médio regular e a colocando, além das instituições de ensino, nas empresas e demais lugares onde exista competência para tal missão, constituindo um ensino paralelo ao considerado formal e regular.

---

<sup>3</sup> Este Decreto foi revogado pelo Decreto nº 5.154 (2004) que, entre outras providências, articula de forma também integrada a educação profissional com o ensino médio. Contudo, ainda está em debate sua regulamentação.

Para regulamentar o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da LDB (BRASIL, 1996) foi publicado o Decreto Federal nº 2.208 (BRASIL, 1997, art. 8º.), traçando os objetivos da educação profissional, estabelecendo a articulação entre o ensino técnico e o propedêutico, determinando os níveis da educação profissional, a habilitação profissional, a organização curricular em módulos. Criando o vínculo entre trabalho e a educação através da articulação dos saberes (fazer, ser e conviver), gerando as competências e habilidades inerentes ao desempenho de uma atividade produtiva.

[...] a realização competente tem nela agregados saberes cognitivos, psicomotoras e socioafetivos. A competência caracteriza-se, essencialmente, pela condição de alocar esses saberes, como recursos ou insumos, através de análises, sínteses, inferências, generalizações, analogias, associações, transferências, ou seja, de **esquemas mentais** adaptados e flexíveis, em ações próprias de um contexto profissional específico, gerando desempenhos eficientes e eficazes [...] (BRASIL, 1997, p. 7).

Com a reforma, os cursos de educação profissional poderão ser organizados em módulos oferecendo a habilitação profissional para os concluintes, a certificação de qualificação para os que concluírem uma etapa ou módulo da habilitação e a especialização profissional para àqueles que, com a conclusão da habilitação, realizam um Curso complementar a sua formação.

[...] no caso de o currículo estar organizado em módulos, estes poderão ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito, neste caso, a certificado de qualificação profissional [...] Os certificados e diplomas, entretanto, deverão explicitar títulos ocupacionais identificáveis pelo mercado de trabalho, tanto na habilitação e na qualificação profissional, quanto na especialização. Por exemplo, na Área de Saúde: Diploma de Técnico de Enfermagem, Certificado de Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem, Certificado de Especialização Profissional em Enfermagem do Trabalho (BRASIL, 1997, p. 32).

Para nortear as instituições, na construção de uma nova educação profissional, foram apresentados os Referenciais Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, consubstanciadas no Parecer CNE/CEB nº 16 (BRASIL, 1999a) e na Resolução CNE/CEB nº 4 (CONSELHO NACIONAL DE



EDUCAÇÃO, 1999b), com seu Anexo, da Câmara de Educação Básica (CEB) e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A Resolução CNE/CEB nº.4 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1999b), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, em seu Art. 1.º Parágrafo único cita:

A educação profissional, articulada com as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva.

A nova legislação, portanto, se torna flexível e transfere essa flexibilidade para a instituição educadora que assume uma autonomia acadêmica e administrativa, passando a organizar seus Cursos técnicos de acordo com o seu projeto político pedagógico. Esse foi um importante momento de ruptura com os antigos paradigmas da Lei nº. 5.692 (BRASIL, 1971).

Em essência, pode ser observado um avanço que possibilita a construção de uma identidade, seja através do perfil profissional ou no compromisso com as demandas da região, que a instituição poderá assumir.

A partir da LDB (BRASIL, 1996), a educação profissional de nível técnico e o ensino médio passaram a orientar-se por dois eixos complementares: a da formação do profissional com potencial de empregabilidade e a formação propedêutica regular. Esses dois eixos tinham como finalidade a formação do trabalhador que fosse capaz de construir seu itinerário profissional, de acordo com seu projeto de vida, sendo baseada na polivalência<sup>4</sup> e no enriquecimento de tarefas laborais e para uma qualidade de vida mais digna.

Autores como Kuenzer (2000) e Ramos (2001) destacam as grandes contradições existentes na LDB que, em seu texto, ao conceber um caráter de "flexibilidade" a educação profissional estaria mantendo e fortalecendo as diferenças

---

<sup>4</sup> Segundo Depresbiteris (1999, p. 43-44): a polivalência pode ser entendida: a) na dimensão educacional, onde o sistema educacional busca desenvolver a capacidade e competências relacionadas a resolução de problemas, autonomia, iniciativa, criatividade, construção do conhecimento, entre outros; b) na dimensão produtiva pode ser elementar, objetivando o desenvolvimento restrito de "saber-fazer", pela ampliação das tarefas, visando preparar o trabalhador a desenvolver "atividades diferentes da profissão", e pelo enriquecimento das tarefas, é a mais complexa pois solicita a participação coletiva na produção além de "mudanças nos saberes, saber fazer, saber ser e saber agir.

sociais, uma vez que a qualificação profissional, o mínimo necessário para inserir uma pessoa no mundo produtivo, reduziria os gastos do Poder Público frente a uma,

[...] educação científico-tecnológica e sócio-histórica de qualidade para todos, condição necessária para o exercício de uma cidadania que compreende o direito universal de participar da produção de bens materiais, culturais e políticos [...] (KUENZER, 2000, p. 94).

A desarticulação do ensino médio da formação profissional, por meio do Decreto nº. 2.208 (BRASIL, 1997), teria como consequência, segundo Manfredi (2002, p. 135), a fragmentação da formação do trabalhador criando o desdobramento no sistema de ensino com “[...] a coexistência de redes de ensino separadas”, um pela lógica propedêutica o outro pela do mercado.

De fato, as transformações sociais, principalmente no século XX, estavam associadas a uma mudança na concepção de trabalho e este ao de formação, influenciando as Leis que regeriam a educação profissional.

Em uma breve retrospectiva, encontramos o trabalhador do início do século XX exercendo sua profissão apenas com uma qualificação básica, geralmente transmitida pela experiência adquirida de forma individual sem maiores complexidades cognitivas, como já foi visto no capítulo anterior. Com o passar dos anos, as técnicas de produção e de serviços foram exigindo um grau maior de qualificação, associando a aprendizagem, a aptidão e a experiência adquirida.

Com isso, a formação do trabalhador, por imposição da dinâmica do mundo produtivo, no final do século XX passou a solicitar a *educação* no lugar da simples qualificação, ou seja, o *saber-fazer* deixou de ser suficiente, sendo necessário um conjunto de *saberes* envolvendo, além da aprendizagem de técnicas, o desenvolvimento de comportamentos inter e intrapessoais. Segundo Deluiz (1996, p. 18),

O trabalho já não pode ser pensado a partir da perspectiva de um determinado posto, mas de famílias de ocupações que exigem competências semelhantes aos trabalhadores.

Não se trata mais, portanto, de uma qualificação formal/qualificação prescrita/qualificação do trabalhador para desenvolver tarefas relacionadas a um posto de trabalho, definida pela empresa para estabelecimento das grades salariais, ou pelos sistemas de formação para certificação ou diplomação, onde as tarefas estavam descritas, codificadas e podiam ser visualizadas, mas da qualificação real do trabalhador, compreendida como um conjunto de competências e

habilidades, saberes e conhecimentos, que provêm de várias instâncias, tais como, da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas).

Essa nova concepção de educação marcou o final do século XX e início do XXI acirrando os debates e as críticas, das mais diversas correntes de pensamentos, pelas mudanças que estariam impondo ao sistema educacional, em especial, ao profissional.

Críticos do novo modelo educacional apontavam para a demasiada fragmentação do ensino sendo, conseqüentemente, um elemento causador da alienação do aluno e, posteriormente, afetaria a sua condição de trabalhador. Uma visão retratada por Ney (apud FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006, p. 270) ao expor a sua opinião sobre o desenvolvimento de competências nas escolas.

A ideia aqui pensada é a de que cada trabalhador, em função de sua força de vontade, de seus méritos e de sua capacidade, se desenvolverá profissionalmente, independente de categoria profissional. É interessante notar que nesse pensamento ideológico há um princípio voltado para atribuir ao trabalhador a culpa por seu desemprego, que é por ele partilhado, ao assumir que não se preparou adequadamente, que é menos inteligente do que aquele que se encontra empregado, já que todas as oportunidades para o sucesso dessa caminhada foram disponibilizadas.

Essa política pela fragmentação da educação profissional, como sinalizam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), estava na abdicação de uma política educacional que privilegiasse a formação integrada por uma que acolhesse as necessidades do mercado.

Ao detectar a demanda da sociedade por uma reorganização, na forma de oferecimento da educação profissional, o Poder Executivo revoga o Decreto nº. 2.208 (BRASIL, 1997) e promulga o Decreto nº. 5.154 (BRASIL, 2004), um Decreto que, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), pode ser considerado “híbrido”, por ser o resultado do embate realizado entre as forças conservadoras, que defendem os interesses do mercado, e as progressistas, comprometidas com as políticas socioeducacionais que privilegiam a formação integral do ser humano. Ainda segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 3), “ou interpretamos o Decreto como

um ganho político e, também, como sinalização de mudanças [...] ou será apropriado pelo conservadorismo, pelos interesses definidos pelo mercado”.

O fato da Educação Profissional Técnica de Nível Médio voltar a ser articulada e integrada ao Ensino Médio, na visão de Cordão (2005) não significa uma volta à revogada Lei nº. 5.692 (BRASIL, 1971), mas sim uma nova concepção de educação que amplia a oferta dessa modalidade de ensino para atender a formação de mais profissionais.

Em relação à forma integrada, [...] não pode e nem deve ser entendido como um Curso que represente a somatória de dois Cursos distintos, embora complementares, que possam ser desenvolvidos de forma bipolar, com uma parte de educação geral e outra de Educação Profissional. Essa foi a lógica da revogada Lei 5.692/71. Essa não é a lógica da atual LDB, a Lei 9.394/96, nem do Decreto 5.154/2004, que rejeitam essa dicotomia entre teoria e prática, entre conhecimentos e suas aplicações. O Curso de Educação Profissional Técnica de nível médio realizado na forma integrada com o Ensino Médio deve ser considerado como um Curso único desde a sua concepção, plenamente integrado e ser desenvolvido como tal, desde o primeiro dia de aula até o último. Todos os seus componentes curriculares devem receber tratamento integrado, nos termos do projeto pedagógico da instituição de ensino (CORDÃO, 2005, p. 2-3).

O Parecer CNE/CEB Nº 39 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004), ao esclarecer a aplicação do Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004), identifica critérios que devem nortear a criação de cursos e a implantação de novas instituições de educação profissional. Sendo, em síntese, a posição do Conselheiro-Relator Francisco Aparecido Cordão:

A instituição que pretender iniciar novos cursos, na forma *concomitante mediante convênio de intercomplementaridade*, com projetos pedagógicos unificados e, principalmente, a que adotar a forma integrada, precisará ter novos planos de curso aprovados pelos respectivos sistemas de ensino, por se tratarem de cursos novos, em obediência ao Decreto nº 5.154/2004.

Para oferta dos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio os critérios são os seguintes:

- o atendimento às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mundo do trabalho, em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização das propostas;

- a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas identificadas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país;
- a organização curricular dos cursos de técnico de nível médio, por áreas profissionais, em função da estrutura socio-ocupacional e tecnológica (BRASIL, 2004, p.13).

Esses critérios serviram para balizar a construção dos Indicadores, com os seus respectivos padrões, que fundamentam o presente trabalho.

### 3 PRESSUPOSTOS SOBRE AVALIAÇÃO

Uma avaliação assistemática, ou informal, ocorre de forma instintiva, segundo Belloni (2000, p.14), fazendo parte do nosso dia-a-dia como um “[...] instrumento de sobrevivência de qualquer indivíduo ou grupo”. Contudo, uma ação que busque compreender os fatos, explicar fenômenos, propor melhorias, quantificar dados ou qualificá-los passa a seguir regras, condições preestabelecidas que guiarão sua trajetória até o objetivo proposto, passando a ser considerada uma avaliação sistemática ou formal, como defende Belloni, Magalhães e Sousa (2000, p. 186),

[...] é possível desenvolver uma sistemática de avaliação que vise o aperfeiçoamento da qualidade da educação – isto é, do ensino, da aprendizagem, da pesquisa e da gestão institucional – com a finalidade de transformar a escola atual em uma instituição voltada para e comprometida com a democracia do conhecimento e da educação, assim como a transformação da sociedade.

Uma reflexão sobre o desenvolvimento do campo conceitual da avaliação não pode deixar de ponderar a evolução e a dinâmica da vida social, considerando que, enquanto uma prática social, a avaliação permeia pela construção histórica da humanidade desde o seu primórdio. Quem avalia detém uma relação de poder com o avaliado. Para Dias Sobrinho (2002, p. 17), “o campo conceitual é atravessado pelo poder, é um feixe de contradições de concepções, valores e interesse e de lutas dos grupos para assegurar lugares e posições”.

O processo avaliativo envolve aspectos técnicos e metodológicos, porém, traz em seu cerne concepções ética, política e cultural, por centrar-se na participação de pessoas. Assim, seus resultados têm reflexos do meio social onde se desenvolve, carregado de valores próprios, ou seja, ela não é neutra.

A atividade avaliativa poderia ser desenhada como sendo uma concorrência constante entre a legitimidade da coleta de dados e a representatividade dos seus resultados. As estratégias e recursos utilizados pelos avaliadores, nessa disputa, formam visões diferentes das práticas avaliativas mais valorizadas e reconhecidas.

Scriven (1991, p. 3, tradução nossa) defende a importância da avaliação quando a descreve como sendo,

[...] uma ciência, na medida em que envolve a produção de conhecimento em vez de arte, piadas, ou peças. [...] A própria

ciência é apenas distinguível de pseudociência por meio da avaliação da qualidade das provas, modelos de pesquisa, instrumentos, interpretações.

Em uma breve análise sobre a trajetória histórica da prática da avaliação, percebe-se uma evolução entre a mensuração, medida, observação e descrição da realidade, para a análise crítica com julgamento de valor ético-político pactuado entre os envolvidos. Assim, os resultados da avaliação passaram a interessar não só aos avaliadores, mas aos sujeitos envolvidos nos processos avaliativos (os *stakeholders*). Segundo Dias Sobrinho (2002, p. 21),

[...] a avaliação neste momento continua sendo marcadamente técnica, porém já não se identifica simplesmente com medida. Mais do que isso, a avaliação é referida como um processo de aperfeiçoamento contínuo de um programa e se volta para a reformulação de currículos, para o estabelecimento dos objetivos educacionais a serem cumpridas, as diferenças individuais e para a constituição de normas regionais ou nacionais.

Essa complexidade, que constitui do ato de avaliar, conduz o avaliador a uma imersão no processo para compreender as múltiplas interferências internas e externas que afetam o resultado. Uma avaliação de aprendizagem, de políticas públicas ou de programas, qualquer que seja, segundo Grinspun (2001, p. 228), "busca travar um diálogo produtivo entre teoria e prática, entre política e ação, entre subjetividade e objetividade", que afetam seres humanos e/ou instituições.

Para Guba e Lincoln (1989 apud PENNA FIRME et al., 2009) somente há poucas décadas que estudiosos começaram, realmente, a discutir avaliação de forma mais conceitual, seus instrumentos, meios, interpretações, aplicabilidade e resultados, dentro e fora do sistema educacional.

Penna Firme e outros (2009, p. 172) defendem que é necessário diferenciar os conceitos de política de avaliação e cultura avaliativa, pois enquanto a primeira "é percebida como um conjunto de orientações que estabelece regras e procedimentos [...], a cultura avaliativa faz parte do conjunto de [...] crenças, valores, estilos e comportamentos [...]" das organizações. Na opinião da referida autora,

A avaliação é normalmente um desafio tanto para o avaliador como para o avaliado. [...], a presença de uma cultura avaliativa facilita o enfrentamento deste desafio, a sua ausência frequentemente gera

medo da avaliação. [...] Realizar uma avaliação em uma área sem política avaliativa e sem cultura da avaliação é um caos [...] (PENNA FIRME et al., 2009, p.173-174).

A cultura avaliativa no Brasil é construída, geralmente, após a implementação de processos avaliativos baseado em experiências de outras instituições. Todavia, após a sua apropriação pelos envolvidos, o processo avaliativo permite orientar decisões de forma racional e, a partir da compreensão da sua essência, a construção de relações entre a missão institucional com as suas ações e estes aos seus produtos e/ou serviços oferecidos à sociedade.

Nas universidades a cultura avaliativa tende a contribuir para a melhoria na qualidade dos seus Cursos e, geralmente, dão origem a ações integradoras, como define Lopes e Silva (1998, p. 52),

na concepção da comunidade acadêmica, vem se destacando não somente pelos resultados diretos produzidos em termos de análises e reflexões sobre o ensino, pesquisa, extensão e gestão, mas, também, pelo aprendizado gerado sobre o significado da Instituição e sobre a afirmação de identidade que se transforma para atender mudanças sociais na comunidade regional e para além dela.

Em um país cheio de contradições e marcado, de um lado, pela vida cartorial típica do cidadão do século XIX e, do outro, pela sociedade do conhecimento, típica do século XXI, a cultura avaliativa se torna um importante instrumento para as instituições de ensino ajudando a revelar, e a melhorar, as ações educacionais, dentre elas os Cursos, que poderão incluir os excluídos sociais.

A educação ao permear esses dois universos paralelos, coexistentes na nossa sociedade, permite aproximar os membros que, paradoxalmente, são afastados do contexto produtivo pelos mesmos elementos que tecem a velocidade do desenvolvimento econômico regional. Nesse contexto, a avaliação aparece na prática educacional como um elemento que promove o conhecimento institucional.

A avaliação institucional, quando foca os seus Cursos, surge como uma ferramenta de gestão que possibilita a tomada de decisões e o desenvolvimento de estratégias que, além oferecer contribuições para o processo de diferenciação dos serviços oferecidos, conduz a perpetuação da instituição. São desafios que estão intimamente relacionados às questões operacionais e políticas da instituição, mas



que precisam ser vencidas para que a educação profissional crie um comportamento flexível e uma postura competitiva no contexto regional e nacional, objetivando a qualidade nos Cursos oferecidos.

A proposição da avaliação de Cursos no contexto da educação é recente, mas já é utilizada pelos gestores do ensino superior tanto para orientar a expansão dos seus Cursos como na reforma acadêmica e administrativa das próprias instituições. Contudo, sua prática ainda é pouco difundida nos níveis da educação básica e profissional.

O marco referencial para o início de um processo avaliativo na educação é a disseminação da sua missão institucional. A partir dela todas as fases da avaliação, do planejamento ao relatório final, estarão de fato direcionadas a atender a finalidade de conhecer ou verificar a situação real da instituição. Segundo Kotler (1998, p. 88) “a declaração de missão deve ser para os colaboradores um guia motivador e precisa estar fortemente vinculada às competências da organização”. Isso significa que para avaliar um Curso é preciso ter a certeza de que todos os envolvidos saibam, com a maior clareza possível, qual é o objetivo da sua existência e a sua relação com a missão da instituição onde está inserido.

Essa clareza possibilitará a criação de canais de comunicação e de informação entre os interessados (*stakeholders*) que, direta ou indiretamente, são os que verdadeiramente serão afetados pelos resultados das ações implantadas pela instituição de ensino e, conseqüentemente, pelo resultado da sua avaliação.

Conseguir uma visão comum, por parte dos envolvidos, da realidade institucional constitui aspecto indispensável para o planejamento e sucesso dos seus Cursos. Para Penna Firme (2004, p. 4-5), em seu artigo Os Avanços da Avaliação no Século XXI,

[...] o processo avaliativo terá que adentrar o mérito de seu objeto enquanto valor interno, implícito e independente de quaisquer aplicações; e mais amplamente descobrir sua relevância, enquanto é útil nos seus resultados, repercussões e impactos. A avaliação no significado mais amplo é, pois, um desafio e, para alcançá-lo, a criatividade e a sensibilidade, a objetividade e a subjetividade estão presentes e atuantes, sempre que necessário, para responder com propriedade às indagações e facilitar a ação de aperfeiçoamento.

O permanente processo avaliativo permite a discussão sobre o rumo da instituição e, conseqüentemente, refletir sobre as opções que conduzem a melhoria dos serviços prestados, identificando os desafios específicos para o avanço de cada um dos Cursos e, conseqüentemente, as mudanças caso sejam necessárias. Como Penna Firme (2004, p. 18) define em seu artigo: “[...] a excelência do processo avaliativo está em ser útil na informação que oferece, viável na realização de sua trajetória, ética em seus propósitos e conseqüências e precisa na elaboração de seus instrumentos e tratamento de seus dados”.

De forma geral, deve ser verificado se o processo de avaliação é útil à instituição, gerando resultados confiáveis e proveitosos; viável em sua implementação, como um processo factível e pela adesão dos envolvidos; preciso na construção de indicadores representativos; e ético na transparência do processo, valorizando os participantes como sujeitos ativos, mas também passivos, do ato de avaliar.

A avaliação, na esfera da educação, não deve ser confundida como uma forma de padronização dos Cursos ou de controle do Estado, mas uma busca pela qualidade na oferta dos seus serviços. Um momento para identificar o caminho do mérito e da relevância social.

Pelo mesmo princípio do ensino superior, a avaliação de Cursos da educação profissional promoverá uma nova consciência coletiva, dos gestores públicos e da sociedade, sobre a necessidade do seu constante aperfeiçoamento na busca do seu mérito e da sua relevância para a sociedade.

O mérito da instituição pública diz respeito à sua eficiência, eficácia e efetividade da estrutura à disposição dos seus Cursos, para que esses venham provocar um impacto positivo junto ao seu público-alvo. Enquanto a relevância consiste, justamente, na importância que os resultados produzidos pela instituição de ensino produzem na melhoria do contexto social, seja por construir e disseminar conhecimentos científicos e desenvolvimento tecnológico seja por aumentar o potencial de empregabilidade e geração de renda da população.

Uma avaliação de Curso, a partir do conjunto formado pelos seus indicadores, é um “medidor” de desempenho em relação aos seus objetivos. Esses indicadores são definidos como “um conjunto comparável de informação que permitam o diagnóstico da situação em estudo, seja ela global ou parcial” (BRASIL, 1994, p.15).

Tendo como missão nascer e viver inserida no contexto social da sua região, a educação profissional é parte integradora dos múltiplos aspectos da sociedade, seja na dimensão política, cultural, legal, organizacional, socioeconômico e/ou de apoio à sustentabilidade regional, através das oportunidades locais.

Um dos equívocos mais comuns cometidos por gestores é a tentativa de replicação de Cursos de educação profissional, como um modelo, em contextos sociais distintos, sem uma prévia análise regional. Somente se conhecendo a realidade social é possível atendê-la de forma mais proativa e assim desenhar um Curso que atenda às suas demandas.

O processo avaliativo, no contexto da educação profissional, ultrapassa a dimensão interna institucional por subsidiar decisões que afetarão a sociedade, ele (o processo avaliativo) não é “autolimitado que basta a si mesmo”, citando Dias Sobrinho e Balzan (2000, p. 95), mas conduz à reflexão sobre a pertinência dos Cursos e até da própria existência de instituição.

A compreensão e aceitação das suas limitações e dos desafios, que são tão importantes quanto às soluções propriamente ditas, deve considerar que a excessiva visão míope e endógena de superioridade causa perda de sensibilidade às mudanças sociais.

Mesmo não existindo um modelo único de avaliação de Curso, principalmente de autoavaliação, a mesma precisa ser sistêmica, considerando que todos os agentes, internos ou externos, podem influenciar no desempenho dos Cursos e da própria instituição. Assim, ter indicadores sobre a região onde está inserido o Curso, e sobre a sua situação em relação aos similares, contribui para um equilíbrio operacional e para sua ampliação estratégica.

A avaliação de Curso auxilia a instituição a gerar e gerir informações e dados que a caracterizam como ela é. Assim os impactos das possíveis mudanças, sejam políticas institucionais ou de (infra)estrutura, serão amenizados e gerenciados com mais facilidade.

Da mesma forma, um processo avaliativo interno, conduzido por avaliador(es) da própria instituição, terá condições de identificar os desafios com mais clareza. Segundo Penna Firme, Tijiboy e Stone (2001) a *imersão*<sup>5</sup> do avaliador no contexto avaliativo é benéfica, pois ele passa a interagir com o meio de tal forma que se torna

---

<sup>5</sup> Aulas ministradas no Curso de Especialização em Avaliação Educacional, na UERJ, em novembro de 2001.

invisível e consegue observar sem que haja "máscaras" que venham interferir em sua avaliação. Na mesma linha de pensamento, ouvir os alunos, gestores, comunidade interna e meios produtivos (os verdadeiros avaliadores), contribuirá na melhoria dos Cursos oferecidos e a oferecer.

A percepção da qualidade, a partir dos resultados da avaliação interna, estará voltada para o conceito de integração das pessoas com os processos e com os sistemas que perpassam pela instituição, ou seja, pela internalização de conceitos que reflitam a imagem de uma identidade institucional, que trabalha de maneira sincrônica e planejada, através de ações que possibilitam a inserção dos seus Cursos, de forma sustentável, no espaço social destinada as instituições reconhecidas por sua excelência educacional.

Nesse processo de construção da excelência, "o mérito nas qualidades intrínsecas do programa; e a relevância, nos seus resultados, no seu impacto, na sua influência, naquilo que valeu a pena" (PENNA FIRME, 1994, p.15), são os principais aspectos a serem avaliados.

Para Stufflebeam (1993 apud COTO, 2007, p. 46),

A avaliação é um processo de identificação, coleta e apresentação de informação útil e descritiva acerca do valor e do mérito das metas, da planificação, da realização e do impacto de um determinado objeto, com o fim de servir de guia para a tomada de decisões, para a solução dos problemas de prestação de contas e para promover a compreensão dos fenômenos envolvidos.

### 3.1 ALGUMAS ABORDAGENS AVALIATIVAS

Na busca pela compreensão dos fenômenos, pesquisadores e estudiosos, das diferentes áreas do saber, utilizam abordagens avaliativas como mecanismos na identificação, coleta, compreensão e mensuração de dados confiáveis pertinentes ao seu campo de pesquisa, visando produzir informações úteis.

Dentre as diferentes abordagens avaliativas, Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), as classifica em seis categorias:

A) *Abordagem centrada em objetivos* - que se concentra na especificação de metas e objetivos e na determinação da medida em que foram atingidos;

B) *Abordagem centrada na administração* - cujo interesse central está na identificação e no atendimento das necessidades de informações dos administradores que tomam decisões;

C) *Abordagem centrada em especialistas* – onde a abordagem depende, basicamente, da aplicação direta de conhecimentos especializados de profissionais para julgar a qualidade de qualquer atividade que esteja sendo avaliada;

D) *Abordagem centrada no adversário* – onde a oposição planejada, em termos de pontos de vista dos diferentes avaliadores, prós e contras são os focos centrais da avaliação;

E) *Abordagem centrada no participante* – que solicita o envolvimento dos participantes, interessados no objeto da avaliação, para determinar valores, critérios, necessidade e dados da avaliação

F) *Abordagem centrada no consumidor* – esta abordagem considera o bem-estar do público-alvo (consumidor) de um programa como justificativa principal de sua implementação. Nessa abordagem, busca-se a determinação de mérito e relevância do programa em relação aos benefícios gerados aos consumidores.

Independentemente da abordagem escolhida, a função essencial da avaliação é a de proporcionar informações que auxiliem, também, aos gestores ou outros *stakeholders* na tomada de decisões que se considere pertinente. É desta forma que surge, em 1966, a consagrada concepção de Stufflebeam da avaliação como um processo mediante o qual se proporciona informação útil para a tomada de decisões.

### 3.2 INDICADORES NO CAMPO EDUCACIONAL

Indicadores são definidos como sendo "um conjunto comparável de informação que permita o diagnóstico da situação em estudo, seja ela global ou parcial" (BRASIL, 1994, p.15). São mecanismos que auxiliam a avaliação e controle dos resultados ou desempenho de uma ação que se quer medir. Eles possibilitam, por meio do levantamento de dados e informações, por exemplo, avaliar o progresso alcançado a partir dos resultados obtidos com a implantação de programas de melhoria da qualidade de uma instituição. Eles revelam aspectos de determinada realidade através das prováveis variações.

Os indicadores, no contexto avaliativo, constituem o referencial básico e imprescindível para garantir uma dimensão que seja, ao mesmo tempo, particular e comparável entre os processos. Essa propriedade, de articular-se, transcende o momento avaliativo e assegura, quando os indicadores são bem construídos, a sua confiabilidade e referência.

Assim, caberá ao avaliador, ou ao pesquisador, analisar os indicadores e, associado ao conjunto de observações e/ou informações contextuais, atribuir considerações relevantes. Citando Minayo (2009, p. 84),

[...] são parâmetros quantificados ou qualitativos que servem para detalhar se os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos (avaliação de processo) ou foram alcançados (avaliação de resultados).

As análises que os indicadores proporcionam podem ser realizadas sob vários ângulos, demonstrando especificamente o comportamento de um segmento e/ou da instituição como um todo.

O desafio na construção de indicadores está em tê-los como retrato de uma determinada situação de uma maneira simples, apesar da incerteza e da complexidade que muitas vezes os envolvem. Considera-se que, para serem considerados válidos, segundo Jannuzzi (2002, p. 54), “é preciso garantir que exista, de fato, uma relação recíproca entre indicando (conceito) e os indicadores propostos [...]”.

Autores como Jannuzzi (2002) e Minayo, Assis e Souza (2005, p. 3) atribuem aos indicadores uma importante relação entre as atividades de planejamento, avaliação e formulações de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, “sua função é apenas ser um sinalizador: Indicadores são instrumentos, não operam por si mesmos, indicam o que devem indicar”.

Para Penna Firme, Tijiboy e Stone (2001, f. 11), quando os indicadores são “definidos pela prática”, o avaliador consegue agrupar “manifestações” em comuns de grupos definidos como foco da avaliação. De forma representativa, esses indicadores poderão ser acompanhados pelo tempo com o objetivo de compreender os resultados ou impactos provocados por intervenções no grupo em estudo. Assim, através da presença ou não de variações nesses indicadores, o avaliador terá a oportunidade de atender as expectativas específicas.

Os indicadores construídos a partir da observação do avaliador se constituem como importantes elementos, quando o objeto da avaliação é programa social. Eles servem para “medir” o mérito e a relevância das intervenções em determinados contextos ou grupos sociais a quem o programa se destina.

Penna Firme, Tijiboy e Stone (2001), ressaltam que a diferença entre os indicadores definidos com base teórica daqueles a partir da prática do avaliador, está no fato do primeiro ser definido previamente e, em campo, direcionar a coleta de dados que lhe correspondam. Por outro lado, segundo caso, a definição de indicadores tem início com a imersão do avaliador no contexto avaliativo, identificando o que os referidos autores definem como “pistas” para então, em etapas posteriores, se definir os indicadores que sejam pertinentes ao contexto e objetivo da avaliação.

Como não existem indicadores indiscutíveis, a única possibilidade de ser representativo é formular propostas razoáveis que possam, por consenso entre os envolvidos, serem aceitas como padrão de medida, em contextos determinados, com a única condição de que, de sua aplicação, se derivem indicações válidas, para avaliar na direção correta, segundo o conceito tomado como fundamento.

De uma forma mais ampla, Valarelli (apud MINAYO, 2009, p. 129) referencia estudos teóricos sobre indicadores através de recomendações, tais como:

- ser construído no contexto de um processo de negociação e a partir da visão e da concepção que os vários atores envolvidos têm sobre os objetivos centrais da avaliação;
- considerar as especificidades do contexto;
- definir os efeitos atribuíveis às intervenções que estão sendo avaliadas;
- estar orientado para o aprendizado e para a compreensão dos processos;
- prever e especificar os meios de verificação;
- ser simples e compreensível para todos e não apenas para especialistas;
- ser viável do ponto de vista operacional e financeiro;
- orientar-se para oferecer informações relevantes para a tomada de decisões;
- aproveitar as informações de fontes confiáveis, poupando recursos, tempo e energia do grupo.

Os autores, até aqui citados, convergem para a necessidade de se construir processos avaliativos simples, fundamentados por indicadores objetivos e representativos. Neste sentido, a sua clara compreensão, por parte dos envolvidos,

contribuirá na estruturação de um processo avaliativo cujo resultado será aceito como sendo o primeiro passo na proposição de ações de melhorias e de desenvolvimento. Segundo Penna Firme, Tijiboy e Stone (2001), o importante é que o indicador seja capaz de captar as mudanças, quando essas existem.

Assim, na definição de indicadores para avaliação de Cursos, a identificação da percepção, das expectativas e das críticas dos consumidores é fundamental para a efetivação da função social da educação profissional pública. Desta forma, a definição de indicadores surge tanto de referenciais teóricos, validados por experiências anteriores, como pela vivência do avaliador no contexto da educação profissional.

Para o avaliador do segmento educacional, a escolha e utilização de indicadores, de forma mais abrangente, corresponderá ao grau de proximidade entre o conceito do indicador e a medida, isto é, a sua capacidade de refletir, de fato, o conceito abstrato a que se propõe identificar, como por exemplo, a eficiência, a eficácia, a efetividade, a sustentabilidade, o mérito, a relevância, o impacto do Curso no contexto social onde a instituição está inserida ou os índices de egressos empregados em empresas conceituadas no mercado.

O arranjo mais conveniente e representativo, entre indicadores quantitativos e qualitativos, em um processo de autoavaliação, dependerá dos aspectos que se deseja analisar. Varelli (apud MINAYO, 2009) recomenda que, no caso de avaliação educacional, é preciso considerar, entre outros fatores:

- concepções, interesses e enfoques das organizações e atores envolvidos - bons indicadores surgem a partir dos envolvidos
- contexto onde os indicadores devem ser especificados, representando a realidade avaliativa
- modo de gestão como:

[...] A forma de organização de uma proposta avaliativa deve contemplar um projeto claro, com objetivos e metas, conceitos básicos, conexão entre os diferentes investigadores e outros atores e desenhos metodológicos em seu sentido mais amplo (frequentemente exigindo abordagens quantitativas e qualitativas) (VARELLI apud MINAYO, 2009, p. 85).

- recursos utilizando indicadores possíveis de serem aplicados com o tempo e disponíveis.



A definição de indicadores úteis e precisos, com a finalidade analisar os processos e produzir melhorias, representa um avanço estratégico na consolidação de uma cultura avaliativa no âmbito das instituições de ensino. São os primeiros passos rumo à qualidade educacional que, do ponto de vista institucional, se baseia na construção e agregação de valores aos serviços por elas (instituições) prestados. Assim como, para o seu pleno êxito, é fundamental a habilidade política do gestor ao traçar e implementar o processo avaliativo que, conseqüentemente, organizará os propósitos e procedimentos para construir melhorias constantes em sua instituição.

A tendência da sociedade é se concentrar nos resultados materiais, tangíveis e quantificáveis das instituições de ensino. Se o gestor de uma instituição de educação profissional, se limitar somente a esses índices e ignorar a opinião da comunidade, perderá a visão sistêmica do contexto onde a sua instituição está inserida e a quem os seus Cursos servem.

## 4 AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO: UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia avaliativa doravante apresentada foi estruturada a partir dos Critérios da Avaliação Centrada no Consumidor de Scriven (apud WORTHEN: SADERS; FITZPATRICK, 2004). Uma abordagem que considera o usuário dos produtos ou serviços como sendo a principal referência avaliar a qualidade e pertinência do que está sendo oferecido.

Para facilitar a visualização da metodologia desenvolvida, foi estruturado um quadro sintético (a partir da seção 4.4.1) onde os critérios de Scriven estão associados a fatores e indicadores próprios para a avaliação, por etapa, dos Cursos de educação profissional.

### 4.1 UMA BREVE VISÃO SOBRE A AVALIAÇÃO CENTRADA NO CONSUMIDOR

Na concepção de Scriven (1991), a avaliação deve proporcionar informações suficientes para apoiar o juízo sobre o mérito e o valor dos componentes de um programa e de atividades realizadas e a realizar, com a finalidade de produzir resultados. Além de defender o julgamento de valor como parte importante do ato de avaliar, Scriven afirma que não basta informar sobre o sucesso de um programa, por exemplo. Segundo o autor é preciso que o avaliador se preocupe com os seus efeitos, pois estes poderão suscitar questões importantes para o público-alvo (consumidor).

Scriven (1991) definiu avaliação como *julgar o valor ou o mérito de alguma coisa*. Esse julgamento de valor pode ser feito tanto a partir de padrões de comparação, que podem ser resultados da aplicação de critérios e normas ou de procedimentos científicos. Contudo, o resultado sempre dependerá da escolha dos instrumentos e, principalmente, dos indicadores mais adequados para o processo avaliativo.

Na definição de avaliação de Scriven (apud WORTHEN: SADERS; FITZPATRICK, 2004), o mérito se refere ao valor intrínseco da avaliação, em oposição a extrínsecos ou sistema relacionado com valor. Ele combateu a ideia do simples uso da avaliação como instrumento de monitoramento de cumprimento ou não de objetivos e propôs o *Goal Free Evaluation Model* que, segundo o autor auxilia:

1. Para evitar o risco de focar somente o objetivo declarado do programa e, assim, ignorar importantes resultados inesperados;
2. Para remover as conotações negativas associadas ao aparecimento de resultados inesperados, colaterais ou secundários. Como também, efeitos imprevistos ou até mesmo uma tendência a ser colocado em segundo plano o que de ser considerado crucial, especialmente em termos de novas prioridades;
3. Para eliminar os preconceitos e introdução de conceitos cuja meta já seja conhecida;
4. Para manter a objetividade e independência do avaliador (SCRIVEN apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 274-275).

Para Scriven (1991) a avaliação tem a função de verificar o que foi realizado, em termos de benefícios para o público-alvo (consumidor) do programa, determinando o seu mérito (do programa) e estabelecendo uma relação entre seus efeitos e as necessidades do público-alvo (consumidor), orientando as ações para o alcance do êxito. Ainda segundo Scriven (1991, p. 23), o processo avaliativo deve contemplar uma, “[...] avaliação formativa, que se realiza ao longo do processo com introdução de modificações, e avaliação somativa, realizada depois de terminado um processo para verificar os resultados”.

O autor ainda realça a necessidade do próprio objetivo do programa ser objeto de avaliação, e defende o argumento de que o avaliador deve obter, através de uma diversidade de instrumentos, o máximo de informações sobre o objeto que envolve o processo avaliativo para então, a partir de padrões de comparação, estruturar um juízo de valor. Pode-se considerar que o avaliador mais proficiente de um produto ou serviço é o próprio consumidor deste.

Na visão de Cronbach (1963), avaliar a estrutura interna de um programa é mais importante que realizar uma comparação com outros programas (DIAS SOBRINHO, 2003). As contribuições de Cronbach, Scriven e Stufflebeam (apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 166), entre outros teóricos, trouxeram uma nova visão para a abordagem avaliativa centrada no consumidor:

O papel somativo da avaliação, dizia ele, [possibilita] que os administradores concluam se todo o currículo já pronto, refinado pelo uso do processo de avaliação em seu [...] papel [formativo] represente ou não um avanço suficientemente significativo em relação às alternativas existentes para justificar as despesas de sua adoção por um sistema escolar.

No processo avaliativo de um programa, a avaliação somativa é, geralmente, pontual e ocorre ao final de um período visando determinar o nível de atendimento, ou não, dos objetivos previamente estabelecidos, gerando informações para que seja possível a tomada de decisão sobre a continuidade, o aperfeiçoamento ou sua extinção. Enquanto a avaliação formativa tem como finalidade proporcionar informações sobre o seu desenvolvimento, com o propósito de ajustar o processo aos objetivos (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

A avaliação centrada no consumidor considera o bem-estar do seu público-alvo e, independentemente do programa, busca determinar o seu mérito e relevância em relação aos benefícios gerados. A origem dessa abordagem está na necessidade de gerar informações sobre “os serviços educacionais e outros da área de assistência social” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.165). Assim, a avaliação passa a ter uma dupla-finalidade: obter informações durante a ação visando seu monitoramento (avaliação formativa) e tomar decisões, quanto ao processo e resultados alcançados dessa avaliação (avaliação somativa).

Na abordagem centrada no consumidor os interessados no programa interagem assumindo papéis de sujeito da própria avaliação. Com isso, obtém maior compreensão sobre o programa, tomando melhores decisões e proporcionando aumento da qualidade dos seus produtos.

#### 4.2 A ESTRUTURA DA PROPOSTA METODOLÓGICA

A construção dos indicadores, e da própria metodologia de avaliação, solicita uma revisão de abordagens características de estudos bibliográficos e documentais pertinentes.

Foram observados os principais indicadores utilizados por segmentos educacionais que já possuem avaliação de Cursos adotando, como apoio, os dos Referencias Curriculares para a Educação Profissional e fontes de informações, tais como: do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (INEP); do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Fundação CIDE); do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro; das Secretarias de Educação e de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e de relatórios setoriais (como publicações especializadas contendo dados e informações de fontes oficiais).

A presente avaliação foi estruturada considerando:

A) O Parecer CNE/CEB Nº 39 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004) - Aplicação do Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004) na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio, na identificação dos critérios e na construção de indicadores para a educação profissional;

B) A Resolução CNE/CEB N.º 04 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1999), que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico

C) A “Abordagem Avaliativa Centrada no Consumidor” de Scriven (apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004) – para a determinação dos fatores e seus indicadores utilizados na abordagem para a autoavaliação, incorporando na metodologia, nas fases avaliativas:

- Fase diagnóstica - com a finalidade de obter informações iniciais (insumos) para identificar as vocações naturais e produtivas da região, as demandas sociais, o perfil e a necessidade ou não do Curso na região. O seu produto será a base de informações e dados para implantação dos Cursos.

Neste primeiro momento, o avaliador deve verificar a situação real, os desafios e oportunidades, desenhando uma estratégia de ação. Essa fase tem como foco os potenciais consumidores. Ela é realizada através das observações de mercado e consultas aos “indicadores de insumos”, que são úteis para dimensionar os recursos necessários.

- Fase formativa – com o objetivo de fornecer informações periódicas (processo) sobre execução do Curso, evitando acúmulos de problemas e perdas no foco de trabalho, são realizados através das observações, testes, conversas e consultas utilizando os “indicadores de processos” para quantificar o desempenho de atividades relacionadas à forma de produção de bens e serviços.

- Fase somativa/1 (produto)– com a finalidade de confrontar o Curso planejado e o seu desempenho na execução. nos recursos humanos e/ou de infraestrutura.

- Fase somativa/2 (resultados) – ao final, avaliar os resultados poderá, quando necessário, conduzir melhorias no método, nos conteúdos, no perfil,

A utilização de “indicadores de produtos” demonstra os resultados produzidos pelo Curso, enquanto os “indicadores de resultados” apontam para às consequências da implementação do Curso.

Na fase somativa, os indicadores foram desenvolvidos para identificar os desafios das fases anteriores e contribuir para a solução de determinado problema ou atendimento de demanda da sociedade.

Em cada uma dessas fases, o gestor poderá assumir decisões<sup>6</sup> visando corrigir distorções, caso existam, ou programar ações complementares que venham contribuir para o sucesso do Curso.

Como o desenvolvimento da avaliação depende da participação dos consumidores do produto da escola (o Curso), para fins de compreensão do presente trabalho foi utilizada a definição de consumidor, Lei de Defesa do Consumidor, Lei n.º 8.078 (BRASIL, 1990, Art. 2º.), como sendo “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”, bem como a de criação, empiricamente, de quatro categorias de consumidores locais das instituições de educação profissional:

1) O mundo produtivo – representado pelas empresas (públicas e/ou privadas) e pelas oportunidades de geração de renda que, como consumidor, o mundo produtivo se utiliza dos conhecimentos desenvolvidos e dos profissionais formados nos Cursos de educação profissional;

2) Os alunos - consumidores dos serviços prestados pela instituição de ensino, ou seja, do Curso ministrado e dos projetos educacionais realizados;

3) A sociedade – consumidora dos produtos e serviços desenvolvidos pelos profissionais (egressos dos Cursos) que trabalham nas empresas públicas ou privadas que, conseqüentemente, são atores no processo de desenvolvimento regional;

4) Os profissionais da educação – consumidores das oportunidades de trabalho geradas pela própria instituição de educação profissional, para gestores, docentes, equipe técnico-pedagógica e pessoal de apoio.

#### 4.3 A AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS

Em concordância com o Parecer CNE/CEB nº 39 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004) os indicadores propostos estão relacionados aos critérios, com os seus respectivos fatores, da lista de Scriven (apud WORTHEN; SANDERS;

---

<sup>6</sup> O planejamento (levantamento), a implantação (estruturação), a implementação (execução) e a revisão (correção).

FITZPATRICK, 2004, p.167), representando o processo de: implantação do Curso, avaliando a sua viabilidade; efetivação do Curso, avaliando a sua real utilidade no atendimento as demandas; e dos resultados, avaliando a precisão dos conteúdos e recursos aplicados no Curso.

O desenho metodológico, ora proposto pelo autor, adaptou à lista de Critérios desenvolvidos por Scriven (apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), objetivos, objetos, indicadores, fontes, resultados esperados e público-alvo/consumidores específicos para atender as necessidades dos cursos de educação profissional. Agrupando, também, esses Critérios em quatro fases – Diagnóstica, Formativos, Somativa/1 e Somativa/2, com se apresenta a seguir:

#### 4.3.1 Primeira Fase da Autoavaliação – Fase Diagnóstica

Na primeira fase da autoavaliação, a função avaliativa deve expressar um diagnóstico sobre os insumos necessários para a implantação e o desenvolvimento do Curso, ou seja, o perfil regional, as demandas sociais e a viabilidade de investimentos.

O conjunto dos indicadores deverá proporcionar ao gestor informações e dados para responder ao critério, estabelecido no Parecer CNE/CEB nº. 39 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p. 10) da educação profissional, de “atendimento às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mundo do trabalho, em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”.

Os referidos indicadores deverão proporcionar ao gestor informações e dados para responder à seguinte Questão Avaliativa na Fase Diagnóstica:

- O Curso proposto está em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico regional, atendendo às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mundo do trabalho?

O Quadro 1, a seguir, apresenta uma Matriz associando os Critérios e Fatores de Scriven aos Indicadores, Fontes para coleta de dados, Resultados Esperados e Público-Alvo/ Consumidor propostos na presente avaliação para a Fase Diagnóstica.

<b>Critério</b>	<b>Fatores</b>	<b>Indicador</b>	<b>Fontes</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Público-Alvo/ Consumidores</b>
<b>Necessidade</b>	Evidência de necessidade	Número vagas dos setores produtivos	IBGE, DIEESE, FIRJAN, Sindicatos e Estudo de mercado local	Perfil produtivo local	Empresas públicas e privadas da região e oportunidade de geração de renda
	Relevância Social	Quantitativo do público-alvo, residente na região, na faixa etária e/ou escolaridade e/ou condição social necessária para frequentar o Curso	PNAD Censo Escolar (MEC/INEP) IBGE (CENSO/PNAD)	Mapeamento do público-alvo regional	Público definido pelo perfil
	Número afetado	Quantitativo de matrículas nas escolas, quantitativo de indivíduos cadastrados em projetos sociais e/ou em centros de referência para emprego da região)	Censo Escolar (MEC/INEP); Cadastros do Ministério do Trabalho; Cadastros de segmentos assistenciais.	Mapeamento por segmentos da região	Potenciais candidatos ao Curso
	Falta de substituto	Quantitativo de instituições e matrículas nos Cursos profissionalizantes similares	Censo Escolar (MEC/INEP)	Mapeamento das instituições e matrículas dos Cursos profissionalizantes similares ao proposto	Instituições públicas e privadas de educação profissional na região e proximidades
<b>Mercado</b>	Tamanho e importância de mercados potenciais	Quantitativo de vagas oferecidas	IBGE, DIEESE, FIRJAN, Sindicatos e Estudo de mercado local	Identificação de oferta de emprego e oportunidade de geração de renda	Empresas públicas e privadas da região e oportunidade de geração de renda
<b>Custo-benefício</b>	Custo-benefício	Custo de Curso similar	Projeto do Curso/ Fornecedores	Menor custo associado ao melhor desempenho por Curso	Alunos

Quadro 1. Avaliação Diagnóstica: Insumos.

Fonte: O autor (2009).



#### 4.3.2 Segunda Fase da Autoavaliação – Fase Formativa

Na segunda fase da autoavaliação a função formativa da avaliação deve expressar o processo da implantação e desenvolvimento do Curso, ou seja, o retorno dos consumidores sobre o Curso em andamento. Essa fase deverá ser repetida anualmente visando melhorias no Curso.

O conjunto dos indicadores deverá proporcionar ao gestor informações e dados para responder ao critério da educação profissional de “identificação de perfis profissionais próprios para cada Curso, em função das demandas identificadas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país”

Para a obtenção dos dados, na presente fase, foram desenvolvidos questionários para alunos, egressos, docentes, gestores e representantes dos segmentos produtivos. (ANEXOS A, B, C e D).

Essa fase se refere à avaliação do processo que, conseqüentemente, no contexto de uma instituição de ensino está direcionado aos seus Cursos, pois visa identificar a assertividade e as possíveis incorreções que possam ser corrigidas, preferencialmente, ainda durante a execução do Curso.

O conjunto dos indicadores deverá proporcionar ao gestor informações e dados para responder à seguinte Questão Avaliativa na Fase Formativa:

- O Curso está em conciliação com as demandas identificadas, a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização?

O Quadro 2, a seguir, apresenta uma Matriz associando os Critérios e Fatores de Scriven aos Indicadores, Fontes para coleta de dados, Resultados Esperados e Público-Alvo/ Consumidor propostos na presente avaliação para a Fase Formativa.

<b>Critério</b>	<b>Fatores</b>	<b>Indicador</b>	<b>Fontes</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Público-Alvo/ Consumidores</b>
<b>Desempenho - consumidor autêntico</b>	Satisfação dos consumidores	Nível da satisfação dos consumidores	Questionários de autoavaliação Entrevistas Sugestões/ Reclamações Pesquisa de mercado	Alto nível de satisfação do Curso em andamento	Alunos/ Docentes/ Profissionais da Instituição Representantes dos segmentos produtivos

(Continuação)

(Continuação)

<b>Desempenho - consumidor autêntico</b>	Adequação	Quantitativo de efetivação de estagiário por ano	Secretaria Escolar Empresas conveniadas	Aproveitamento de 100% dos estagiários	Alunos estagiários
<b>Desempenho – comparações críticas</b>	Nível de competitividade	Taxa de Matrículas Número de turmas de instituições concorrentes	Secretaria Escolar Censo Escolar (MEC/INEP)	Superação dos concorrentes	Instituições concorrentes
<b>Desempenho – efeitos colaterais</b>	Resultados	Índices de Desemprego: Estrutural, Conjuntural e Friccional	IBGE, DIEESE, FIRJAN, Ministério do Trabalho e Estudo de mercado local	Baixos índices de desemprego relacionado ao Curso	Mundo produtivo
<b>Desempenho - experimentos de campo autêntico</b>	Atendimento as demandas	Nível de eficácia da matriz curricular e da infraestrutura Titulação e experiência do Corpo Docente do Curso Relação entre titulação e experiência	Matriz curricular, conteúdos, qualificação docente e infraestrutura existente	Alto desempenho no atendimento as demandas sociais	Sociedade
<b>Custo-benefício</b>	Eficiência do investimento	Índice de Custo Aluno	Direção da Instituição	Menor custo associado ao melhor desempenho por Curso	Aluno
<b>Desempenho – processo</b>	Aceitação do Curso	Taxas de matrículas Oferta de vagas para estágio/emprego Índice de Empregabilidade comparado dos egressos da instituição	Secretaria Escolar Central de Estágio	Aumento no número de matrículas e de vagas para estágio/emprego	Sociedade Representantes dos segmentos produtivos

Quadro 2. Avaliação Formativa – Processo.

Fonte: O autor (2009).

#### 4.3.3 Terceira Fase da Autoavaliação – Fase Somativa/1

Na terceira fase da autoavaliação a função somativa da avaliação deve representar opinião dos consumidores sobre a eficácia e efetividade (impacto) dos produtos das instituições de educação profissional.

Essa fase, como a anterior, deverá ser repetida anualmente visando melhorias no Curso e o conjunto dos indicadores deverá proporcionar ao gestor informações e dados para responder ao critério da educação profissional de “organização curricular dos Cursos de técnico de nível médio, por áreas profissionais, em função da estrutura socio-ocupacional e tecnológica”.

Como fontes, para a presente fase, foram desenvolvidos questionários para avaliar estrutura institucional e opinião de egressos.

Essa fase se refere à avaliação do produto que, após o término do Curso, contribui na análise sobre o seu desenvolvimento e o nível de satisfação e críticas dos egressos a instituição e ao Curso.

Nesta fase foram utilizados os mesmos questionários das fases anteriores, como decorrência da situação especial em que todo o processo avaliativo ocorreu com o Curso já concluído.

O conjunto dos indicadores deverá proporcionar ao gestor informações e dados para responder a seguinte Questão Avaliativa na Fase Somativa/1:

- O Curso respeita a identificação de perfis profissionais em função das demandas identificadas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do país (região)?

O Quadro 3, a seguir, apresenta uma Matriz associando os Critérios e Fatores de Scriven aos Indicadores, Fontes para coleta de dados, Resultados Esperados e Público-Alvo/ Consumidor propostos na presente avaliação para a Fase Somativa/1.

<b>Critério</b>	<b>Fatores</b>	<b>Indicador</b>	<b>Fontes</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Público-Alvo/ Consumidores</b>
<b>Desempenho – relevância estatística</b>	Eficácia	Taxas de: matrículas, aprovação, retenção, evasão e Índice de Fluxo Escolar	Secretaria Escolar	Baixos índices de retenção, evasão. Altos índices de matrículas, aprovação e fluxo escolar	Alunos
	Efetividade (impacto social)	Índice de empregabilidade dos seus egressos Índice de Empregabilidade comparado dos egressos da instituição	Secretaria Escolar Empregadores Sindicatos	100% de Inserção dos egressos no mundo produtivo	Egressos

(Continuação)

(Continuação)

<b>Desempenho – modelo causal</b>	Eficácia	Nível de competência institucional	Questionário aplicado aos egressos	Alto nível de realização profissional	Egressos
<b>Desempenho – relevância educacional</b>	Reconhecimento Social	Índice de Aproveitamento de Curso Índice de Empregabilidade comparado dos egressos da instituição	Secretaria Escolar Censo Escolar (MEC/INEP)	100% de aproveitamento escolar Alto índice de empregabilidade	Concluintes
		Número de: Patentes; Publicações e Contratos de serviços	Direção da Instituição/ CNPq/ Órgãos de Fomento/ INPI	Crescimento da produção científica, tecnológica, acadêmica e profissional da instituição	Docentes, Alunos e Profissionais da Instituição

Quadro 3. Avaliação Somativa – Produto.

Fonte: O autor (2009).

#### 4.3.4 Quarta Fase da Autoavaliação – Fase Somativa/2

Na quarta fase da autoavaliação a função somativa da avaliação deve representar os resultados necessários para uma análise sobre as fases anteriores, verificando os possíveis pontos críticos.

Essa fase deverá ser implementada visando melhorias na instituição com um todo.

O conjunto dos indicadores deverá proporcionar ao gestor informações e dados para responder ao critério da educação profissional de “conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização das propostas”

Como fontes, para a presente fase, foram desenvolvidos questionários para avaliar estrutura institucional e opinião de egressos.

Essa fase se refere à avaliação dos resultados, e é realizada após o término do Curso e das análises das etapas anteriores da autoavaliação objetivando aperfeiçoar a estrutura do Curso antes do início do próximo.

Nesta fase foram utilizados os mesmo questionários das fases anteriores, como decorrência da situação especial em que todo o processo avaliativo ocorreu com o Curso já concluído.

O conjunto dos indicadores deverá proporcionar ao gestor informações e dados para responder a seguinte Questão Avaliativa na Fase Somativa/2:

- O Curso apresenta uma organização curricular e funcional em concordância com a área profissional correlata e em função da estrutura socio-ocupacional e tecnológica?

O Quadro 4, a seguir, apresenta uma Matriz associando os Critérios e Fatores de Scriven aos Indicadores, Fontes para coleta de dados, Resultados Esperados e Público-Alvo/ Consumidor propostos na presente avaliação para a Fase Somativa/2.

<b>Critério</b>	<b>Fator</b>	<b>Indicador</b>	<b>Fontes</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Público-Alvo/ Consumidores</b>
<b>Ampliação da base de apoio</b>	Desenvolvimento institucional	Índice de Aluno por Docente	Secretaria Escolar	Se aproximar da relação entre 15 e 17 alunos por docente	Aluno Docente
	Qualidade institucional	Índice de Titulação do Corpo Docente do Curso	Documentos comprobatórios	Crescimento dos índices de titulação e experiência do corpo docente do Curso	Docente
	Proficiência	Proposições resultantes fases de diagnóstico, processo e produtos	Resultados das fases de diagnóstico, processo e produtos	Alto desempenho institucional	A Instituição de Educação Profissional

Quadro 4. Avaliação Somativa – Resultado.

Fonte: O autor (2009).

#### 4.4 FÓRMULAS UTILIZADAS NOS INDICADORES PROPOSTOS

Os indicadores propostos foram construídos a partir de observações do autor, de coleta de dados secundários, de consultas a fontes oficiais e de informações e referências documentais. Contudo, alguns dados, cuja origem está na própria Instituição de ensino, necessitam de organização para fins de análise e comparações. A partir dessa constatação, o autor do presente trabalho elaborou (e adaptou) um conjunto de fórmulas com a finalidade de obter sete índices que auxiliassem na autoavaliação do curso.

No cálculo dos índices, deve-se observar que “alunos” ou “egressos” de um Curso tem origem no somatório de todas as turmas (do mesmo Curso) que iniciaram

e concluíram as suas atividades simultaneamente. Assim, por exemplo, se em 2007 uma escola iniciou três turmas de enfermagem, os egressos serão os concluintes dessas três turmas, incluindo os alunos oriundos das transferências internas ou externas.

a) Índice de Empregabilidade dos egressos da instituição – (IE) e (IEc)

a.1) Simples (IE)

Objetivo: Quantificar a taxa de egressos empregados em relação ao total de alunos concluintes do mesmo ano.

Definição: O número de egressos corresponde ao total de alunos que concluíram as disciplinas e estágio (caso seja exigência), estando aptos a ingressarem no mercado de trabalho e conseguiram emprego. Concluintes são todos os alunos que estão completando o Curso e os egressos.

**Método de Cálculo:**

$$I.E = \frac{\text{Egressos empregados (ano x)}}{\text{Alunos Concluintes (ano X)}}$$

Escala: 0 a 1 = sendo 0 o nível mais baixo e 1 o mais alto de desempenho (inserção) institucional frente as demandas do mundo produtivo.

Indicador de referência: Taxas de Emprego e Estudos Setoriais.

a.2) Comparado – (IEc)

Objetivo: Quantificar a taxa de egressos empregados em relação ao total de trabalhadores empregados, com mesmo nível e Curso de formação, na região.

Definição: O número de egressos empregados corresponde ao total de concluintes, no mesmo ano por Curso, que foram empregados em empresas da região. Trabalhadores empregados correspondem ao total de trabalhadores, com o mesmo nível e Curso de formação dos “egressos empregados”, que ingressaram no mercado de trabalho da região no mesmo ano.

**Método de Cálculo:**

$$I.Ec = \frac{\text{Egressos empregados (ano X)}}{\text{Trabalhadores empregados (ano X)}}$$

Escala: 0 a 1 = sendo 0 o nível mais baixo e 1 o mais alto de desempenho (inserção) institucional frente as demandas do mundo produtivo.

Indicador de referência: Taxas de Emprego e Estudos Setoriais.

b) Índice de Retenção do Fluxo Escolar - (IRFE)<sup>7</sup>

Objetivo: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

Definição: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano por Curso. Considera-se Evadidos os alunos que, durante a realização do Curso, saíram do mesmo (transferência e abandono);

**Método de Cálculo:**

$$\text{IRFE (ano X)} = \frac{\text{Total de Alunos (Retidos + Trancamento + Evadidos) (ano x)}}{\text{Total de Alunos Matriculados (ano x)}} \times 100$$

Escala: 0 a 100% = sendo 0% o nível mais baixo e 100% o mais alto de retenção do fluxo normal escolar. Entende-se por retenção do fluxo escolar como sendo uma fragilidade que a instituição necessita corrigir.

Indicador de referência: 0% de retenção do fluxo escolar.

## c) Índice de Titulação do Corpo Docente do Curso- (ITC)

Objetivo: Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente – Efetivos e Substitutos que ministram aulas teóricas e práticas no Curso.

Definição: A titulação do Corpo Docente é dividida em 5 sub-grupos: Técnicos (T), Graduado (G), Especialista (E), Mestre (M) e Doutor (D)

**Método de Cálculo:**

$$\text{ITC} = \frac{\text{T*1+G*2+E*3+M*4+D*5}}{\text{T+G+E+M+D}}$$

Escala: corresponde a um índice de acompanhamento da qualificação docente, ou seja, o aumento da variante está associado ao aumento da qualificação dos docentes

Indicador de referência: maior ITC

Observação: O ITC poderá se tornar um indicador para avaliação externa, como um elemento tanto de qualificação de pessoal docente como de técnico-pedagógico e administrativo da instituição.

## d) Índice de Custo Aluno- (ICA)

Objetivo: Quantificar o Índice de custo/aluno por Curso da instituição, viabilizando identificar o investimento na formação discente.

<sup>7</sup> Adaptação do documento: Métodos de Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) determinados no Acórdão 2.267/2005-TCU – a mesma observação para os itens: c e d.

Definição: Consideraram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, Inativos e pensionistas. O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano por Curso.

**Método de Cálculo:**

$$\text{ICA} = \frac{\text{Total de Investimento por Curso}}{\text{Total de Matrículas por Curso}}$$

Escala: corresponde a um índice de acompanhamento do custo do Curso, ou seja, o aumento da variante está associado ao aumento do custo na formação discente por Curso. O custo-aluno utilizado, como referência para o presente trabalho, é o de R\$ 3.203,00<sup>8</sup> (INEP, 2005, p. 81), que apresenta em sua composição, basicamente, os mesmos itens citados na tabela Fator de “Eficiência do investimento”, da fase de avaliação formativa do curso.

e) Índice de Aproveitamento de Curso - (IAC)

Objetivo: Quantificar a taxa de concluintes do Curso frente ao número de matrículas inicial.

Definição: O número de alunos que ingressaram em cada ano (ou período), por Curso, corresponde ao total de matrículas. O número de concluintes do Curso corresponde ao total de alunos que, após o tempo regular do Curso, conseguiram concluir todas as disciplinas e a prática de estágio (caso exista)

**Método de Cálculo:**

$$\text{IAC} = \frac{\text{Total de Concluintes do Curso}}{\text{Total de Matrículas iniciais no Curso}} \times 100$$

Escala: 0 a 100% = sendo 0% o nível mais baixo e 100% o mais alto de aproveitamento do Curso. Entende-se por 100% de aproveitamento do Curso como sendo o objetivo da instituição.

Indicador de referência: 100% de aproveitamento do Curso.

f) Índice de Aluno por Docente - (IAD)

Objetivo: Quantificar a taxa de alunos por Curso frente ao número de docentes por Curso.

Definição: O número de alunos, por Curso, corresponde ao total de matrículas. O número de docentes do Curso corresponde ao total de docentes que ministram aulas teóricas e práticas no Curso.

---

<sup>8</sup> De acordo com os dados do Levantamento do custo-aluno-ano em escolas de Educação Básica que oferecem condições de oferta para um ensino de qualidade: 2ª etapa (INEP, 2005).



**Método de Cálculo:**

IAD = Total de Matrículas iniciais no Curso

Docentes (Teoria + Prática) do Curso

Escala: corresponde à relação direta entre matrículas e número de docentes por Curso

Indicador de referência: Entre 15 e 17 alunos por docente nos Cursos de educação profissional. Referência Censo Escolar 2007 e Indicadores Sociais (PNUD).

## 5 A APLICAÇÃO DO MODELO DE AUTOAVALIAÇÃO

Nesse capítulo é apresentada a autoavaliação do Curso de Educação Profissional na área de Restauração, tal como foi mencionado anteriormente, aplicando a metodologia desenvolvida por este autor.

A qualificação de profissionais se apresenta como um dos maiores desafios no resgate da memória, principalmente pela falta de instituições de ensino e de profissionais para qualificar novos profissionais.

Dentre os acordos internacionais, o documento intitulado “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (UNESCO, 1972, p. 1), organizado durante a décima sétima sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris em 1972, alerta as Nações sobre os riscos de apagarmos o nosso passado, segundo o documento:

[...] o patrimônio cultural e o patrimônio natural se encontram cada vez mais ameaçados de destruição não somente devido a causas naturais de degradação, mas também ao desenvolvimento social e econômico agravado por fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais preocupantes.

Em seu artigo 5º (UNESCO, p. 3-4), a Convenção estabelece que:

A fim de assegurar proteção e conservação eficazes e valorizar de forma ativa o patrimônio cultural e natural situado em seu território e em condições adequadas aos países, cada Estado-parte da presente Convenção empenhar-se-á em:

- a) adotar uma política geral com vistas a atribuir função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e a integrar sua proteção aos programas de planejamento;  
[...]
- c) desenvolver estudos, pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam ao Estado enfrentar os perigos ao patrimônio cultural ou natural;  
[...]
- d) fomentar a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação em matéria de proteção, conservação ou valorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo.

No Brasil, o Ministério da Cultura, através do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>9</sup> e juntamente com as instituições estaduais e municipais de proteção e preservação patrimonial, vem desenvolvendo ações de fomento de pesquisa e desenvolvimento de profissionais especializados. E, por intermédio do programa Monumenta, promove e financia a restauração e recuperação dos bens tombados e a capacitação de mão-de-obra especializada em restauro.

O projeto-piloto do Curso em tela foi viabilizado com uso de financiamento público, objetivando a qualificação de profissionais em restauro contemplando, prioritariamente, 48 jovens na faixa etária entre 16 e 22 anos, moradores da região do entorno da instituição de ensino.

O processo realizado de autoavaliação foi desenvolvido em um ambiente que, historicamente, associa as demandas da sociedade com o desenvolvimento tecnológico e este a educação, tendo como resultado o ensino que é reconhecidamente de excelência. Desta forma, o processo avaliativo permitirá, além de uma visão sistêmica sobre o Curso oferecido, a implantação da cultura avaliativa que analisa o contexto que foi gerado e implantado e, caso seja necessário, os ajustes no Curso visando sua continuidade e réplica em outros espaços.

## 5.1 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação de Curso se torna importante por permitir que a comunidade interna e a sociedade tenham condições de compreender as dimensões que perpassam pela formação profissional, seja os objetivos, a missão ou identidade da instituição em foco, fortalecendo o ensino profissionalizante no Brasil, sua historicidade e marcos referenciais da legislação.

A construção e o aperfeiçoamento de instrumentos de avaliação, que englobem parâmetros de referência, possibilitam a sistematização e a incorporação de uma cultura avaliativa guiando as ações da instituição. Desta forma, para atender

---

<sup>9</sup> O Iphan, órgão federal que serviu de embasamento para a constituição dos órgãos estaduais e municipais de proteção ao patrimônio cultural, foi criado pelo Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, elaborado por Mário de Andrade a pedido de Gustavo Capanema, ministro do então presidente Getúlio Vargas, e ainda hoje atual. Juntos, os bens tombados por essas três instâncias – federal, estaduais e municipais - preservam uma amostra da produção cultural brasileira significativa, desde sua origem até o presente (BRASIL, 2008).

a presente prática avaliativa, foram desenvolvidos dois grupos de instrumentos, sendo:

a) um instrumento, com perguntas fechadas, utilizado com a finalidade de verificar a estrutura física, pedagógica, de recursos humanos e de resultados da instituição (ANEXO A).

b) três instrumentos, com perguntas abertas, utilizados para obter dados e informações objetivando construir indicadores para auxiliar no planejamento, execução e avaliação do Curso (ANEXOS B, C e D).

Para obter as informações necessárias, foram identificados e selecionados como participantes da avaliação:

- 01 coordenador técnico do Curso;
- 03 professores do Curso;
- 32 alunos egressos do Curso;
- 03 representantes do mundo produtivo.

#### 5.1.1 Perfil dos Consumidores da Autoavaliação

A definição do perfil dos consumidores dos serviços ou produtos de uma instituição constitui o primeiro, e mais importante, passo rumo à excelência. Na presente avaliação foram utilizadas quatro categorias de consumidores locais:

A) mundo produtivo - entende-se como sendo o consumidor do conhecimento desenvolvido nos bancos escolares e nos seus laboratórios, tanto através dos seus egressos, que ingressam nas empresas públicas ou privadas para produzir, ou pelos produtos e serviços gerados diretamente pelas instituições. Assim, na presente avaliação, é representado pelas Empresas do segmento de restauro.

B) alunos /egressos – entende-se como sendo os consumidores dos serviços prestados pela instituição de ensino, ou seja, as aulas ministradas e os projetos educacionais realizados. Assim, na presente avaliação, são os 48 jovens na faixa etária entre 16 e 22 anos, moradores nas comunidades de baixa renda do entorno da Instituição.

C) sociedade – entende-se como sendo consumidores diretos dos produtos e serviços desenvolvidos pelos profissionais (egressos) que trabalham nas empresas públicas ou privadas e, consumidores, indiretos beneficiados pelos tributos gerados com o desenvolvimento regional. Assim, na presente avaliação, são os 144 mil

moradores das comunidades dos entorno da Instituição, de acordo com os dados do Censo 2000 (IBGE, 2003).

D) profissionais da instituição – entende-se como sendo consumidores das oportunidades de trabalho gerados pela própria instituição de educação profissional, desde gestores, docentes, equipe técnico-pedagógica e pessoal de apoio. Assim, na presente avaliação, são os profissionais da Instituição que atuam no Curso.

Na presente autoavaliação, que foi realizada após a conclusão do Curso, os questionários foram aplicados simultaneamente aos Consumidores supra identificados, da seguinte forma:

A) para os egressos os questionários foram encaminhados por e-mail aos 37 egressos da turma de 2007, que foram considerados aprovados, sendo que apenas 4 responderam por e-mail. Após três tentativas de contato por e-mail, 15 egressos responderam, por telefone, os questionários, perfazendo 19 respostas das 37 pessoas inicialmente previstas;

B) para os docentes os questionários foram aplicados diretamente em 2 professores e encaminhado a 1 por e-mail, sendo que este não respondeu;

C) para os representantes do mundo produtivo, 3 empresas especializadas na área de construção civil e/ou restauro foram selecionadas, sendo que apenas uma respondeu ao questionário enviado por e-mail.

D) para a coordenadora do Curso o questionário foi aplicado diretamente.

Mesmo com as limitações no retorno dos questionários enviados, as repostas, associadas às observações do contexto onde o Curso está inserido, foram consideradas satisfatórias e representativas, contribuindo na construção do cenário necessário à avaliação proposta.

### 5.1.2 Informações Gerais sobre o Curso

Curso: Qualificação Profissional Básica em Ofícios da Conservação e Restauração de Bens Culturais Imóveis - Estuque e Pintura de Murais.

Início e término de atividade do curso: ano de 2007

Modalidade: Presencial

Nível da Educação Profissional: Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores

Carga Horária do Curso: 540h

Sendo: 270h de aula e 270h de prática supervisionada em projetos

Em números: 16 professores; 48 alunos matriculados; 02 turmas; turnos (M e T)

Na conclusão do Curso:

Alunos Aprovados: 37 (77%)

Alunos Retidos: 07 (14,5%)

Alunos Evadidos: 04 (8,5%)

### 5.1.3 Questionário Aplicado

A concepção dos questionários foi a de atender aos membros da comissão interna de avaliação no mapeamento de informações gerais, mas, pertinentes e com tendência a influenciarem no desenvolvimento do Curso.

Cabe aqui uma ressalva. Considerando que a avaliação ocorreu dois anos após a conclusão do Curso, os questionários foram adaptados para esta realidade, sem prejuízos para a captação de informações necessárias para o modelo de autoavaliação proposto. (Modelos dos questionários aplicados em ANEXOS).

## 5.2. RESULTADOS DA AUTOVALIAÇÃO

Os resultados, aqui apresentados, estão organizados visando responder a cada uma das quatro indagações norteadora da avaliação, correspondentes a cada uma das Fases Avaliativas – Diagnóstica, Formativa, Somativa/1 e Somativa/2

### 5.2.1 Primeira Fase – Diagnóstica

Essa fase corresponde ao diagnóstico dos insumos necessários para a implementação do curso, tendo como finalidade oferecer subsídios para a decisão sobre a sua efetivação.

O conjunto dos indicadores deve proporcionar ao gestor informações e dados para compreender se o Curso avaliado está em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico regional, atendendo às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mundo do trabalho.

Como fonte para a presente fase foi utilizado o diagnóstico dos perfis produtivos, demográficos e educacionais da região, em concordância com o Quadro

1, apresentado anteriormente, estruturado a partir dos Critérios e Fatores da lista de Scriven (apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.167).

I) Critério: “Necessidade”

A) Fator: “Número afetado/ público preferencial”

Foram identificados 4.966 jovens entre 16 e 22 anos matrículas no ensino médio das escolas públicas da região

B) Fator: “Relevância Social / público-alvo”

Foram identificados 7.194 jovens, moradores da região, na faixa etária entre 16 e 22 anos no ou com Ensino Médio

C) Fator: “Falta de substituto”

Não foram identificados Cursos iguais ou similares na região ou no seu entorno.

D) Fator: “Evidência de necessidade”

As evidências da necessidade do Curso, na região, foram evidenciadas na consulta realizada *site* do IPHAN (BRASIL, 2008). Sendo importante ressaltar que no Estado do Rio de Janeiro existem inúmeros monumentos históricos que necessitam de conservação e de restauro estando, em 2009, duas obras em andamento e quatorze propostas em análise.

II) Critério: “Mercado”

A) Fator: “Tamanho e importância de mercados potenciais”

A identificação de oferta de emprego e oportunidade de geração de renda é extremamente difícil de ser realizada, principalmente por se tratar de uma demanda que, geralmente, depende de:

- aprovação, do projeto a sua execução, por diversos órgãos oficiais;
- investimentos, geralmente altos, de recursos públicos ou privados que nem sempre convergem em ganhos financeiros ou de interesse político;
- qualificação profissional específica
- desenvolvimento tecnológico
- alto custo de matéria-prima

III) Critério: “Custo-benefício”

A) Fator: “Custo-benefício comparado”

Não foi identificado custo de instituições ou de Cursos iguais ou similares na região ou no seu entorno para comparar.

O investimento inicial efetivo do Curso em foco foi de R\$ 550.331,15 (ano 2007). Esse valor é referente: ao projeto; à edificação; ao material permanente e de consumo; aos serviços de terceirizados e bolsas.

Considerações da fase diagnóstica:

Não foi possível estabelecer uma relação comparativa de custo de implantação, por falta de similares na região, como também não foram encontradas evidências diretas entre o Curso proposto e as exigências do desenvolvimento socioeconômico regional, ou seja, o conjunto dos indicadores utilizados, para avaliar os insumos, não identificou possibilidades de emprego ou geração de renda imediata para os moradores da região analisada.

### 5.2.2 Segunda Fase – Formativa

Essa fase corresponde à avaliação do processo que, no contexto do curso avaliado, visa identificar a assertividade e possíveis falhas que possam ser corrigidas, preferencialmente, ainda durante a execução do mesmo.

O conjunto dos indicadores deve proporcionar ao gestor informações e dados para compreender se o curso avaliado está em conciliação com as demandas identificadas, com a vocação da instituição de ensino e com as suas reais condições de viabilização.

As repostas dos questionários foram utilizadas para atender aos critérios que seguem, em concordância com o Quadro 2, apresentado anteriormente, estruturado a partir dos Critérios e Fatores da lista de Scriven (apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.167).

IV) Critério: “Desempenho - consumidor autêntico”

A) Fator: “Satisfação dos consumidores”

A.1) Consumidor: Egressos (19)

• Quais foram os desafios e oportunidades que enfrentou após a realização do Curso?

Desafios: Acesso a estágio ou emprego na área para 100% (19)

Oportunidades: Ter tido experiência com projetos de restauro para 78,9% (15)

Manter-se atualizado para 15,7% (3)

Não teve para 5,4% (1)



- Em sua opinião as disciplinas e os conteúdos do Curso possibilitam a formação de profissionais para atender as necessidades do mercado? Caso não atenda, em sua opinião, o que seria necessário?

Sim para 100% (19)

- Em sua opinião a infraestrutura que a Instituição oferece possibilitou para que a sua formação atendesse ao mercado? Caso não, o que seria necessário alterar/ investir para que atenda?

Sim para 100% (19)

Vale aqui destacar a ressalva dos respondentes:

“a infraestrutura ainda é um alvo de melhorias” para 5,4% (1)

“apesar de ser em um local deveras pequeno” para 5,4% (1)

a.2) Consumidor: Docentes (2)

- Em sua opinião os egressos terão oportunidade de emprego ou de geração de renda? Justifique sua resposta.

Sim para 100% (2)

Justificativas: “O Curso se propõe a formação de um profissional cada vez mais escasso no mercado de trabalho” para 50% (1)

“O Curso ofereceu uma boa formação” para 50% (1)

- Em sua opinião a Matriz Curricular e os Conteúdos Programáticos do Curso possibilitam a formação de profissionais para atender as demandas dos agentes sociais (empresas privadas, públicas, ONG,...)? Caso não atenda, o que seria necessário alterar para atender?

Sim para 100% (2)

Vale aqui destacar a ressalva dos respondentes:

“No que concerne especificamente a técnica de estuque ornamental, o Curso oferece conteúdos teóricos e práticos que permitem a formação de um profissional que atende as demandas do mercado de trabalho. [...] O Curso e sua grade curricular foram pensados para atender as demandas [...]” para 50% (1)

- Em sua opinião a infraestrutura que a Instituição oferece/possibilita a formação de profissionais para atender as demandas dos agentes sociais? Caso não atenda, o que seria necessário alterar/ investir para que atenda?

Parcialmente para 100% (2)

Sugestões: uma sala de desenho; espaço para aulas de pintura de murais; sala de professores; sala de informática; biblioteca especializada; aquisição de mobiliários; equipamentos adequados; ampliação do espaço de criação.

- Como você avalia:

- o currículo do Curso (justifique):

Adequado ao perfil do Curso oferecido para 100% (2)

- os profissionais (docentes, equipe técnico-pedagógica, gestão, coordenação) que atuam no Curso (justifique):

Muito bom para 50% (1)

Bom para 50% (1)

- Você participou da concepção e/ou implantação do Curso? Como?

Justifique.

Sim 100% (2) – conteúdo, sugestões de conteúdos, apostilas

- Sugestões/ Críticas/ Comentários:

Encaminhamento de alunos para estágio

Aumento da carga-horária do Curso

Inclusão de língua portuguesa

Disciplina de meio ambiente

a.3) Consumidor: Mundo Produtivo (1)

• Você está satisfeito com os profissionais que atuam na sua empresa atualmente?

Sim para 100% (1)

Vale aqui destacar a ressalva dos respondentes:

“embora necessitem de capacitação, ou melhor, especialização/ atualização”

• Em sua opinião o que seria necessário acrescentar, na formação do profissional, para atender as demandas de serviço?

Cursos de capacitação técnica-teórica na área do patrimônio tombado

B) Fator: “Adequação”

Desde 2007, foram 5 (10%) estagiários inseridos no mercado

V) Critério: “Desempenho – comparações críticas”

A) Fator: “Nível de competitividade”

Não existe concorrente na região, sendo nula a taxa de matrículas e número de turmas

VI) Critério: “Desempenho – efeitos colaterais”

A) Fator: “Resultados”

Não foram encontrados estudos setoriais para esta área, assim, os índices de desemprego estrutural, conjuntural e friccional não podem ser avaliados.

VII) Critério: “Desempenho – experimentos de campo autêntico”

A) Fator: “Atendimento às demandas”

A.1) Consumidor: Mundo Produtivo (1)

• Qual é o nível de escolaridade mínima exigida para preenchimento dessa vagas?

“Ensino Médio”

• Existe dificuldade em preencher as vagas? (caso afirmativo relacione alguns motivos)

“Sim, é um perfil em formação - Normalmente estudante (superior), com horário comprometido”

VIII) Critério: “Custo-benefício - uma análise abrangente da relação custo-benefício”

A) Fator: “Eficiência do investimento”

Observação: Os itens abaixo relacionados foram identificados, nos relatórios setoriais consultados, como sendo de aplicação geral para orçar um Curso. Contudo, na presente avaliação, dos doze itens, sete não tiveram seus valores identificados, pois a Instituição não disponibilizava dos dados separados por Curso.

Item		R\$
1	Material didático-pedagógico	-
2	Material de consumo	6.009,00
3	Material de laboratório	-
4	Recursos humanos	-
5	Bolsas (Aux. Financ. Estudantes)	74.881,00
6	Manutenção	-
7	Divulgação/ processo seletivo	-
8	Consultoria/ palestras	-
9	Transporte/ diárias	-
10	Serv. Terc. (Pessoa Física)	1.855,00
11	Serv. Terc. (Pessoa Jurídica)	61.401,00
12	Outros:	20.278,00
Total		164.424,00

Quadro 5. Itens básicos para projeto de curso.

Fonte: O autor (2009).

Nota: Custo:

(1) por turma: R\$ 82.212,00 (2 turmas)

(2) por aluno: R\$ 3.425,50 (48 alunos)

IX) Critério: “Desempenho – processo – apresentação de evidência de uso do produto”

A) Fator: “Aceitação do Curso”

- Vagas oferecidas = 48
- Número de inscritos para seleção = 360 (turma ano 2007)
- Índice de matrículas = 48
- Oferta de vagas para estágio = 05
- Oferta de emprego = 01
- Índice de Empregabilidade da instituição = 0,02

Considerações da fase formativa:

De acordo com o conjunto de indicadores, mesmo não atendendo as demandas regionais e não sendo possível a sua comparação com outros, o curso está em conciliação com a vocação da instituição e com as suas reais condições de viabilização.

O custo-aluno utilizado, como referência para o presente trabalho, é o de R\$ 3.203,00 (CORDÃO, 2005, p. 81)<sup>10</sup>, que apresenta em sua composição, basicamente, os mesmos itens citados na tabela Fator de “Eficiência do investimento”. Contudo, como nem todos valores foram identificados no curso em avaliação, principalmente o item *Recursos Humanos* (salários e encargos), pode-se considerar que o custo-aluno de R\$ 3.425,50, praticado no curso avaliado, está mais elevado.

As ressalvas, críticas e sugestões realizadas pelos consumidores deverão nortear as mudanças visando o seu aperfeiçoamento.

### 5.2.3 Terceira Fase – Somativa/1

Essa fase corresponde à avaliação do produto que, após o término do Curso, contribui na análise sobre o seu desenvolvimento e o nível de satisfação dos seus egressos. Sendo utilizados, visando à coleta de informações, os mesmo

---

<sup>10</sup> De acordo com os dados do Levantamento do custo-aluno-ano em escolas de Educação Básica que oferecem condições de oferta para um ensino de qualidade: 2ª etapa (INEP, 2005).

questionários das fases anteriores, como decorrência da situação especial em que todo o processo avaliativo ocorreu (com o Curso já concluído).

O conjunto dos indicadores deve proporcionar ao gestor informações e dados para verificar se o curso avaliado respeita a identificação de perfis profissionais em função das demandas identificadas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável da região, em concordância com o Quadro 3, apresentado anteriormente, estruturado a partir dos Critérios e Fatores da lista de Scriven (apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.167).

X) Critério: “Desempenho – relevância estatística”

A) Fator: “Eficácia institucional no combate a evasão e da retenção do fluxo escolar”

- Matrículas = 48
- Índice de aprovação = 77,1%
- Índice de retenção = 14,5%
- Índice de evasão = 8,5%
- Índice de retenção do fluxo escolar = 22,9%

B) Fator: “Efetividade (impacto social)”

O índice de empregabilidade dos egressos é de 0,02 (01 Contratado)

XI) Critério: “Desempenho – modelo causal”

A) Fator: “Eficácia (nível de satisfação dos egressos)”

a.1) Consumidor: Egresso

- Como você avalia:

- as disciplinas do Curso (justifique):

Excelente para 52,6% (10)

Muito Bom para 36,8% (7)

Bom para 10,6% (2)

- os profissionais (docentes, equipe técnico-pedagógica, gestão, coordenação) que atuam no Curso (justifique):

Excelente para 89,4% (17)

Muito Bom para 10,6% (2)

- Que nota que você atribui à qualidade do ensino ministrado no Curso?

Nota Dez para 52,6% (10)

Nota Nove para 42,2% (8)

Nota Oito para 5,2% (1)

- Que nota que você atribui à infraestrutura da instituição?

Nota Dez para 36,8% (7)

Nota Nove para 52,6% (10)

Nota Oito para 10,6% (2)

- Sugestões/ Críticas/ Comentários:

Predominância para:

Aumento da carga-horária do Curso para 47,3% (9)

Encaminhamento de alunos para estágio e/ou emprego para 78,9% (15)

Outras respostas citando:

Ar condicionado

Ventilador

Mais espaço

Laboratórios

Sala de Informática

a.2) Consumidor mundo produtivo

- Em sua opinião o perfil dos profissionais da área, que atuam na sua empresa, atende ao desejado? Caso não atenda, o que você considera como sendo o perfil profissional adequado ao trabalho?

“Não. Pessoas com experiência”

- Qual é o nível desejado de formação do profissional para atuar na área em foco?

“Todos os níveis. Depende da obra”

XII) Critério: “Desempenho – relevância educacional”

A) Fator: “Reconhecimento social (impacto social)”

Não foi possível calcular o índice de empregabilidade comparado dos egressos da instituição por não existir dados sobre cursos semelhantes na região

B) Fator: “Reconhecimento social (efetividade institucional)”

Não foi possível mapear as patentes; publicações e/ou contratos de serviços realizados pela instituição em avaliação por não existir dados sobre cursos semelhantes na região.

#### Considerações da Fase Somativa/1:

Não foi possível identificar uma relação entre o perfil profissional, em função das demandas identificadas, com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável da região onde o curso está inserido.

O Curso apresentou um excelente nível de aceitabilidade pelos egressos, porém o nível de retenção do fluxo escolar (ou reprovação) foi elevado (22,9%), sendo necessária uma avaliação, mais pontual, sobre as causas que produziram esse índice.

#### 5.2.4 Quarta Fase – Somativa/2

Essa fase corresponde à avaliação dos resultados realizada após o término do Curso, com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura do mesmo antes do início de uma nova turma.

Foram utilizados os mesmo questionários das fases anteriores, como decorrência da situação especial em que todo o processo avaliativo ocorreu (Curso já concluído).

O conjunto dos indicadores deve proporcionar ao gestor informações e dados para analisar se o curso avaliado apresenta uma organização curricular e funcional em concordância com a área profissional correlata e em função da estrutura socio-ocupacional e tecnológica exigida pelos segmentos produtivos da região, em concordância com o Quadro 4, apresentado anteriormente, estruturado a partir dos Critérios e Fatores da lista de Scriven (apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.167)

XIII) Critério: “Ampliação da base de apoio – planos feitos para depois da coleta de dados e da melhoria do programa”

A) Fator: “Desenvolvimento Institucional”

O índice de aluno por docente no Curso em foco é de 3:1 (três alunos para cada docente), sendo: 48 alunos para 16 docentes

B) Fator: “Qualidade institucional”

O índice de titulação/formação do corpo docente do Curso apresenta o perfil de:

- Técnico 12,5% (2)
- Graduado 37,5% (6)

- Especialista 6,2% (1)
- Mestre 43,8% (7)
- Doutor 0% (0)

Índice de Titulação do Corpo Docente do Curso = 2,8

Não foi possível verificar a experiência profissional, como docente, dos profissionais envolvidos no ano de 2007

C) Fator: Proficiência institucional

As principais proposições resultantes dos processos avaliativos das fases de processo e produtos são:

- Aumento da carga horária do Curso
- Desenvolvimento de um programa de integração escola-empresa, visando promover o Curso e viabilizar vagas de estágio e emprego.

Considerações da Fase Somativa/2:

O Curso apresenta uma organização curricular e funcional em concordância com a área profissional correlata e em função da estrutura socio-ocupacional e tecnológica da instituição, sendo necessário uma revisão da distribuição entre carga horária teórica e prática, bem como, da sua integração com as empresas que atuam na área.

Como ação, deve-se considerar a possibilidade de visitas in loco a canteiros de obras, bem como as empresas que atuam no ramo, com a finalidade de traçar uma matriz de competências e habilidades necessárias à formação de profissionais. Desta forma, haverá sintonia entre a proposição de Cursos e as demandas do mundo produtivo.

Principais proposições resultantes dos processos avaliativos das fases de processo e produtos são:

- Aumento da carga horária prática do Curso
- Desenvolvimento de um programa de integração escola-empresa, visando promover o Curso e viabilizar vagas de estágio e emprego.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil apresenta uma taxa de crescimento populacional de 1.3% ao ano, representando a perspectiva de um país com população jovem. Contudo, as elevadas taxas de analfabetismo que, segundo dados do IBGE (2008), está entre 10% e 12%, representa um expressivo indicador de exclusão de camadas da população do acesso e permanência no sistema escolar. Essa taxa de analfabetismo, por exemplo, está muito longe de países classificados como desenvolvidos, a exemplo da Suécia e dos EUA com taxas inferiores a 1,0%.

Quando se compara a taxa de escolarização na educação secundária, o Brasil (65,4%)<sup>11</sup> apresenta uma relação próxima com o México (66,1%), bem superior ao da Nigéria (29,5%), porém muito inferior ao EUA (96,3%) e a Suécia com a universalização do ensino secundário. Esses fatores influenciam, conseqüentemente, no quantitativo de profissionais dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico<sup>12</sup> - dois elementos fundamentais para o crescimento econômico e social de um país, tanto pela agregação de valores a produtos e serviços como pela qualidade de vida da população.

A educação profissional possibilita que milhões de jovens tenham acesso a uma formação geral sólida associada à tecnologia e à cultura. Por isso, essa modalidade de educação precisa, mais do que a propedêutica, de investimentos especiais direcionados pelas demandas, guiando a sua ampliação para lugares onde não existam, ou haja poucas, oportunidades de emprego e de geração de renda, contribuindo na criação e expansão de setores produtivos.

Contudo, a educação profissional não é só isso, ela é mais do que ensinar a produzir, ela é uma educação onde há desenvolvimento tecnológico, ciência e produção de conhecimento, assim ela também é destinada a aqueles que tiveram acesso às melhores escolas, no tempo certo da sua vida e que trazem, como vocação, o desejo de construir, de salvar vidas, de transformar realidades e de descobrir o futuro.

Desatar os laços do passado, marcado pelo sofrimento e pelo preconceito, permitirá à educação profissional ter funções sociais distintas, podendo ser

---

11 Anuário e Banco de Dados do PNUD, OMS, UNESCO, OIT, UNICEF, UNIFPA e Banco Mundial (JANNUZZI, 2002).

12 A relação do profissionais que se dedicam as ciências e as tecnologias no Brasil é de 0,3 pessoas por mil habitantes, enquanto no Suécia a relação é de 6,8.

reparadora, equalizadora ou qualificadora, demonstrando sua importância como agente realizadora das políticas educacionais e sociais, principalmente pelo poder de articular a agenda econômica nacional e internacional, seja através do preparo de profissionais e/ou de desenvolvimento tecnológico

A via única e ascendente da hierarquização da formação profissional está deixando de existir, considerando que a necessidade de qualificação provoca o retorno de profissionais, dos altos níveis de formação acadêmica, aos bancos escolares dos Cursos de qualificação básica. Atualmente, para as demandas do mundo produtivo, não importa apenas o *saber*, mas a sua articulação com o fazer.

As antigas certezas firmadas pela titulação conferida pelos Cursos de graduação, de estar preparado para o mundo produtivo, estão dando lugar às incertezas. Estar preparado, cada vez mais, representa ter condições de enfrentar e desmistificar os desafios impostos pela dinâmica tecnológica e pelo fluxo de (des)informações que assolam o mundo, sendo necessário, para isso, aprender continuamente.

Uma educação pautada na relação entre ensino e pesquisa estruturada na produção crítica do conhecimento, para atender as demandas atuais e futuras da sociedade, torna-se, no contexto atual, a opção mais adequada para o desenvolvimento sustentável de novas tecnológicas e para a própria sobrevivência do ser humano no mundo produtivo.

No Brasil existem, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2007 (IBGE, 2008), cerca de 33 milhões jovens entre 15 e 24 anos, o que representa aproximadamente 18% da população brasileira. Se todos esses jovens estivessem cursando o ensino médio, em termos proporcionais, o Brasil teria uma relação média de 10 mil por estabelecimento de educação profissional, enquanto no ensino médio cairia para 136 jovens por estabelecimento, em concordância com os dados do Censo da Educação Básica de 2007.

Esses dados representam a disparidade existente no quantitativo de estabelecimentos *per capita* que oferecem educação profissional para aqueles que só oferecem ensino médio. Estes indicadores educacionais que necessitam de uma reflexão, principalmente para fins de identificação de demandas e, caso seja necessário, utilização das escolas de ensino médio existentes no Brasil e na expansão de rede de educação profissional.

O Brasil possui milhões de jovens e adultos sem emprego, esperando uma oportunidade para aprender a gerar renda. Essa é a verdadeira função social da educação profissional. A proposta de criar indicadores, para a autoavaliação de Cursos de educação profissional, veio do desejo de mostrar a necessidade e a importância dessa modalidade de educação e o quanto ela pode contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras, além de transformar a vida de milhões de pessoas que, sem uma formação profissional adequada, são explorados em subempregos.

Atualmente o uso da avaliação, como um instrumento de apoio à tomada de decisão, é consenso entre os gestores, educadores e especialistas (CASTRO, 1999), sobretudo por sua relevância nas reformas educacionais e na proposição de políticas de melhoria da qualidade nos segmentos da educação básica, ensino superior e de pós-graduação, sendo a única exceção a educação profissional.

Políticas de incentivo à construção de sistemas nacionais de avaliação surgiram a partir dos anos 90, com a crescente autonomia e descentralização dos sistemas de ensino e vem permitindo, segundo Castro (1999, p. 29): “[...] contrastar os resultados com um padrão mínimo de qualidade, orientando as políticas de correção das desigualdades regionais”.

Ultimamente o desafio nos segmentos da educação onde existe uma política avaliativa consolidada, está em aperfeiçoar os processos e instrumentos de avaliação, como também, estabelecer ações de utilização dos seus resultados e dos diferentes fatores associados a estes.

O trabalho que ora é concluído teve como propósito essencial construir grupos de indicadores e uma metodologia de avaliação que respondesse ao Parecer CNE/CEB nº. 39 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004), no objetivo de auxiliar os gestores públicos a identificar se sua instituição está oferecendo Cursos visando cumprir as funções da educação profissional, ou seja, se o mesmo atende ao aumento do potencial de empregabilidade e/ou geração de renda dos seus egressos.

O curso apontou para aspectos limitadores no seu formato que, mesmo com a ausência de alguns dados, devem ser considerados antes do início da próxima turma. Nesse sentido as considerações, a seguir apresentadas, têm o único e exclusivo intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do Curso e/ou de sua reestruturação, caso a equipe gestora considere necessário.

Levando-se em consideração os objetivos do Curso em foco, relacionados no projeto-piloto, o processo avaliativo realizado pós-curso, no período de março a novembro de 2009, apresenta os seguintes resultados:

A) os egressos e o corpo docente reconheceram o mérito institucional do Curso em tela, destacando o investimento realizado e os conteúdos ministrados;

B) o alto nível de qualificação dos profissionais da instituição e a sua capacidade de executar projetos, bem como, de promover Cursos agregando valores que vão além do ensino de técnicas, foram, continuamente, elogiados pelos egressos;

C) no Estado do Rio de Janeiro não foram encontrados Cursos com o perfil igual ou semelhante ao oferecido pela Instituição, logo, não foi possível realizar comparações;

D) não foram encontrados dados disponíveis sobre a real demanda por profissionais na área do curso, no nível de formação inicial e continuada de trabalhadores, nem sobre a modalidade de contrato desses profissionais (carteira assinada, contrato temporário...) nas empresas, quando são empregados;

E) ainda que apresentando satisfação pelo Curso realizado, os egressos externaram a dificuldade em terem inserção no mercado de trabalho, mesmo na condição de estagiário. O índice de inserção, quando somado às oportunidades de estágio e emprego, é de 13% (após dois anos de conclusão do Curso);

F) o índice de retenção de 22,9% do fluxo escolar é considerado alto pelos padrões pedagógicos (deveriam tender a zero);

G) através da análise dos depoimentos dos docentes, foi possível observar que o espaço destinado ao Curso apresenta limitações, sendo necessário investimento em sua ampliação e na aquisição de material bibliográfico;

H) o índice de alunos por docente é muito baixo (3 para 1), podendo significar uma excessiva fragmentação dos conteúdos ministrados, como também, desequilíbrio entre aulas teóricas (com 14 docentes) e prática (com 2 docentes);

I) mesmo os docentes julgando adequado o conteúdo ministrado e a matriz curricular, quando comparado com outros cursos da mesma modalidade, que há uma excessiva carga-horária teórica para um curso que apresenta como um dos objetivos “contribuir para a revalorização do trabalho manual especializado (...)”, qualificando profissionais para atuarem na área prática de restauro.

J) foi detectado uma falha na convergência entre o perfil de formação pretendido pelo curso (qualificação básica), o conteúdo ministrado nas aulas, o perfil requerido pelo mundo produtivo e as expectativas dos egressos;

K) há um equívoco na formulação do projeto do curso, quando o mesmo é classificado como técnico, quando se trata de um curso de formação inicial e continuada de trabalhadores;

Obs.: os certificados foram emitidos de acordo com a legislação, corrigindo o equívoco do texto do projeto original.

L) o perfil escolar dos alunos selecionados (ensino médio) não corresponde à expectativa de uma provável ocupação no mundo produtivo, ou seja, o curso tem como objetivo qualificar operários, Contudo, seleciona candidatos com perfil para técnicos.

M) quando comparado com a média do custo-aluno ano de um curso de educação profissional de nível técnico (R\$ 3.203,00), o curso avaliado, que é de formação inicial e continuada de trabalhadores, com uma carga horária de 540 h, apresenta um custo-aluno relativamente acima da média nacional (R\$ 3.425,50), principalmente pelo fato de não contemplar em seu cálculo o item *Recursos Humanos* (salários e encargos), um dos itens que mais elevam o custo final de um curso.

Vale destacar que o curso avaliado teve uma carga horária de 540h, enquanto o curso técnico tem, em média, 1200h. Isso significa que o custo hora/aula por aluno, de acordo com a referência do MEC, é de R\$ 2,67 enquanto do curso avaliado ficou em R\$ 6,34. O custo atinge quase três vezes o valor médio de referência que, de acordo com efetividade social dos resultados, poderá ser justificado.

A partir dessas considerações, não foi possível aferir se o Curso proposto está, plenamente, em sintonia com as exigências do desenvolvimento socioeconômico regional, atendendo às demandas dos cidadãos, da sociedade e do mundo do trabalho. Contudo, o Curso apresenta sintonia com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilizá-lo, sendo necessário revisar suas planilhas de custo e planejar uma otimização de recursos, adaptando o perfil do curso ao público-alvo que se deseja atender.

Cabe esclarecer que a representante da empresa ouvida ponderou sobre algumas inconsistências que, ao serem corrigidas, possibilitará um melhor

aproveitamento dos egressos e, conseqüentemente, uma projeção positiva do curso nos meios produtivos.

Dentre as sugestões dos docentes e da representante do mundo produtivo destaca-se, como senso comum, a necessidade do aumento da carga horária de aulas práticas e a implementação de um processo seletivo com ênfase nas habilidades manuais dos candidatos.

Também foi possível identificar, nas respostas dos docentes, a importância do perfil profissional proposto pelo Curso, mas a ausência das respostas dos segmentos produtivos não permitiu uma confirmação se o mesmo contribui na inserção de jovens (seu público-alvo) no mundo do trabalho e/ou na promoção do desenvolvimento sustentável local.

Um dado que deve ser considerado importante para a reestruturação do curso, caso seja realizada, é o baixo índice de empregabilidade dos egressos. Esse ponto merece um estudo mais detalhado para verificar se há falta de oferta de vagas ou pouca visibilidade do Curso para as empresas do segmento de restauro e conservação, considerando que o Curso apresenta, segundo os participantes da avaliação, uma organização curricular e funcional em concordância com a área profissional correlata.

Todo o processo avaliativo foi referente, como já foi dito, à turma de 2007. E, atualmente, dos 19 egressos entrevistados cinco estão cursando o ensino superior, sendo: dois egressos em Arquitetura; um egresso em Engenharia civil; uma egressa em Belas Artes; uma egressa em Gestão Ambiental. Esses egressos apontaram para a forte influência do Curso na escolha do Curso de graduação e, conseqüentemente, na sua carreira.

Finalizando, o curso, estruturado em uma Instituição pública, apresenta mérito pelo nível do corpo profissional e pelos recursos aplicados. Contudo, a relevância dos seus resultados dependerá de uma redefinição de sua formatação, considerando como principal diretriz o seu objetivo de *“propiciar aos jovens oriundos de espaços populares, uma qualificação profissional que eleve suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, embasada no desenvolvimento individual para o exercício da cidadania”*.

Recomenda-se que para futuras ofertas de Cursos a Instituição realize um estudo junto aos segmentos produtivos (fase diagnóstica), com a finalidade de traçar o perfil profissional desejado, bem como o nível de escolaridade compatível, visando

otimizar o uso de recursos humanos e financeiros para atender as demandas por emprego e renda da sociedade.

Quanto à presente proposta metodológica, a mesma poderá ser aplicado em processos avaliativos conduzidos por avaliadores internos ou externos, como também, adaptando os indicadores, em avaliações de programas de treinamento em empresas e no segmento da saúde.

## REFERÊNCIAS

- BELLONI, I. A função social da avaliação institucional. In: SOUSA, E.C. B. M. (Org). *Avaliação institucional*. 2. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2000.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Legislação*, Brasília, DF, 17 abr. 1997. Disponível em: <<http://www.crprj.org.br/legislacao/documentos/decreto1997-2208.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2009.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jul. 2004.
- \_\_\_\_\_. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 ago. 1971.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 set. 1990.
- \_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. *IPHAN*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal>>. Acesso em: 3 fev. 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras*. Brasília, DF, 1994.
- CASTRO, M. H. G. *A educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade*. Brasília, DF: INEP, 1999.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 nov. 1999a.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 39, de 8 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 8 dez. 2004. Disponível em:

<[http://www.idep.ac.gov.br/docs/legfed/parecer39\\_04.pdf](http://www.idep.ac.gov.br/docs/legfed/parecer39_04.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº. 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 22 dez. 1999b. Seção 1, p. 229.

CORDÃO, F. A. A educação profissional no Brasil. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (SP). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação. *Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

COTO, M. J. A. Modelos de evaluación. *Revista Universitară de Sociologie*, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://cis01.ucv.ro/revistadesociologie/files/rus-2-2007.pdf#page=40>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

CRONBACH, L. J. Course improvement trough evaluation. *Teachers College Record*, New York, n. 64, p. 672-683, 1963.

DELUIZ, N. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. Boletim Técnico Senac, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 15-21, maio/ago. 1996.

DEPRESBITERIS, L. *Concepções atuais de educação profissional*. Brasília, DF: SENAI/DN, 1997. (Série SENAI. Formação de Formadores).

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação democrática*. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. (Org.). *Avaliação e compromisso público*. Florianópolis: Insular, 2003.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org.). *Avaliação institucional: teorias e experiências*. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). A formação do cidadão produtivo: a cultura de cercado no ensino médio técnico. Brasília, DF: INEP, 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005.

GRINSPUN, M. P. S. Z. Avaliação institucional. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v.9, n. 31, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v4n10/v4n10a05.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2009.

IBGE. *Censo 2000*. Rio de Janeiro, 2003.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008*. Rio de Janeiro, 2008 (Estudos e pesquisa. Informação demográfica e socioeconômica, 23).

INEP. *Levantamento do custo-aluno-ano em escolas de Educação Básica que oferecem condições de oferta para um ensino de qualidade: 2ª etapa: relatório nacional da pesquisa*. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2009.

JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

KOTLER, P. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KUENZER. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, F. D.; SILVA, I. B. UNIJUÍ: uma experiência de avaliação institucional participada. *Avaliação: revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, Campinas, SP, v. 3, n. 2, 1998.

MANFREDI, S. M. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, M. C. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 83-91, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33s1/a09v33s1.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2009.

MINAYO, M. C.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005.

PENNA FIRME, T. A avaliação hoje: perspectivas e tendências. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: uma reflexão crítica. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 1994.

\_\_\_\_\_. Os avanços da avaliação no século XXI. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[www.cenpec.org.br/modules/editor/arquivos/c8a0633f-4d01-eae6.pdf](http://www.cenpec.org.br/modules/editor/arquivos/c8a0633f-4d01-eae6.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2008.

PENNA FIRME, T. et al. Evaluation culture and evaluation policy as guides to practice: reflections on the Brazilian experience. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v.17, n. 62, p. 169-180, 2009.

PENNA FIRME, T.; TIJIBOY, J. A.; STONE, V. I. *Avaliação de programas sociais: como focar e como pôr em prático*. Rio de Janeiro, 2001. Mimeografado.

RAMOS, M. N. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?*. São Paulo: Cortez, 2001.

SCRIVEN, M. *Evaluation thesaurus*. 4th ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. In: CONFERÊNCIA GERAL, 17., 1972, Paris. *Trabalhos apresentados...* Paris, 1972. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br /download/texto/ue000114.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000114.pdf) >. Acesso em: 3 fev. 2008.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – Modelo do Questionário para Análise Situacional Preencher um questionário por Curso

Nome do Curso:

Modalidade:

Início de atividade do Curso:

Conclusão:

Nível da Educação Profissional:

C/h:        h (        h teoria +        h prática supervisionada)

Total: de professores (    ); de alunos (    ); de turmas (    ); turnos (    )

Alunos Aprovados:

Retidos:

Evadidos:

**Atenção:** Preencher as questões com múltiplas respostas e quantitativos, quando for necessário.

### Parte 1 – Perfil Docente

a) Quanto à atividade docente - o quantitativo de docentes que:

Item	Quant.
a.1 Ministram todas as disciplinas teóricas e/ou práticas do Curso	
a.2 Ministram entre 51% e 75% das disciplinas teóricas do Curso	
a.3 Ministram entre 51% e 75% das disciplinas práticas do Curso	
a.4 Ministram entre 25% e 50% das disciplinas teóricas do Curso	
a.5 Ministram entre 25% e 50% das disciplinas práticas do Curso	
a.6 Ministram menos de 25% das disciplinas do Curso (teórica e/ou prática)	

b) Quanto ao nível de formação profissional - o quantitativo de docentes:

Item	Quant.
b.1 Sem qualificação específica na área do Curso	
b.2 Com formação de nível técnico	
b.3 Com graduação	
b.4 Com especialização	
b.5 Com mestrado	
b.6 Com doutorado	

c) Quanto à experiência como docente - o quantitativo de docentes:

Item	Quant.
c.1 Sem experiência na prática docente	
c.2 Com experiência como docente em outras disciplinas (que não tenham relação com o Curso em tela)	
c.3 Com experiência como docente em disciplinas teóricas na área do Curso em tela	
c.4 Com experiência como docente em disciplina teórica em Cursos semelhantes	
c.5 Com experiência como docente em disciplina prática em Cursos semelhantes	
c.6 Com experiência como docente em disciplina teórica articulada com disciplina prática em Cursos semelhantes	

d) Os docentes do Curso: (marque a(s) alternativa(s) com X)

Item	Opção
d.1 Não participam da estruturação e das revisões da matriz e conteúdos.	
d.2 Participam da estruturação e das revisões da matriz e conteúdos.	
d.3 Não participam na estruturação e formatação do material didático-pedagógico utilizado no Curso.	
d.4 Participam na estruturação e formatação do material didático-pedagógico utilizado no Curso	

## Parte 2 – Perfil do Gestor e da Equipe Técnico-pedagógica

e) Quanto ao nível de formação profissional – quantitativo de membros:

Item	Quant.
e.1 Sem qualificação	
e.2 Com qualificação em serviço.	
e.3 Com ensino médio e/ou técnico	
e.4 Com graduação	
e.5 Com especialização	
e.6 Com mestrado	
e.7 Com doutorado	

f) Gestão (Direção) e Coordenação Técnica (marque a(s) alternativa(s) com X)

A Instituição:

Item	Opção
f.1 Não possui gestor nem coordenador técnico	
f.2 Não possui gestor, mas possui coordenador técnico	
f.3 Não possui coordenador técnico, mas possui gestor	
f.4 Possui gestor que assume a função de coordenador técnico	

g) Quanto à experiência e qualificação profissional do coordenador técnico (marque a alternativa com X):

Item	Opção
g.1 Não possuem experiência nem qualificação profissional adequada às funções e ao Curso	
g.2 Possuem experiência, mas não possuem qualificação profissional adequada ao Curso.	
g.3 Possui experiência e qualificação profissional adequada ao Curso	

h) Quanto ao trabalho da equipe técnico-pedagógica (marque a(s) alternativa(s) com X)

Item	Opção
h.1 A instituição não possui equipe técnico-pedagógica	
h.2 São indiferentes ao Curso	
h.3 São impedidos de atuar junto ao Curso	
h.4 Atuam, esporadicamente, dando apoio ao corpo discente e/ou docente do Curso.	
h.5 Atuam, de forma desarticulada com direção e/ou coordenação técnica, dando apoio ao corpo discente e/ou docente do Curso.	
h.6 Atuam somente quando são solicitados pela direção e/ou coordenação técnica, dando apoio ao corpo discente e docente do Curso.	
h.7 Atuam de forma integrada com a direção e/ou coordenação técnica, fornecendo apoio constante ao corpo discente e docente do Curso.	

### Parte 3 – Perfil da Infraestrutura

i) Infraestrutura: Espaço físico e Equipamentos

Item	Quant.
i.1 Sala de aula improvisada	
i.2 Laboratório inadequado à disciplina	
i.3 Laboratório adequado ao quantitativo de alunos, mas sem equipamentos para atender as demandas da disciplina.	
i.4 Sala de aula adequada ao quantitativo de alunos, mas sem equipamentos para atender as demandas do Curso.	
i.5 Sala de aula adequada ao quantitativo de alunos e equipada para atender as demandas do Curso	
i.6 Laboratório adequado ao quantitativo de alunos e equipado para atender as demandas da disciplina	
i.7 Sala de informática exclusiva para o Curso	
i.8 Biblioteca (ou sala de estudo) exclusiva para o Curso	
i.9 Biblioteca geral	
i.10 Sala de informática para atender a todos os Cursos	
i.11 Sala de informática com equipamentos adequados ao Curso	
i.12 Acervo bibliográfico atualizado que atende ao Curso	

j) Infraestrutura: Banheiro / vestiário (marque a(s) alternativa(s) com X)

A Instituição:

Item	Opção
j.1 Não possui banheiro	
j.2 Possui banheiro único (professores/ funcionários e alunos)	
j.3 Possui um banheiro para alunos e um para funcionários	
j.4 Possui banheiros separados por gênero só para alunos.	
j.5 Possui banheiros, separados por gênero, para alunos e funcionários.	
j.6 Possui banheiros e vestiário para funcionários	

k) Infraestrutura: Cantina / refeitório (marque a(s) alternativa(s) com X)

A Instituição:

Item	Opção
k.1 Não possui cantina	
k.2 Não possui refeitório	
k.3 Possui cantina	
k.4 Possui refeitório	
k.5 Possui refeitório só para funcionários	
k.6 Possui refeitório para alunos e funcionários	
k.7 Possui um espaço reservado para as refeições dos alunos e funcionários	

l) Infraestrutura: direção, coordenação e secretaria (marque a(s) alternativa(s) com X)

A Instituição:

Item	Opção
l.1 Não possui sala de direção, coordenação técnica nem secretaria	
l.2 Possui sala de coordenação	
l.3 Possui secretaria escolar	
l.4 Possui sala de direção	
l.5 Possui sala de direção, coordenação e secretaria no mesmo espaço físico.	
l.6 Possui sala de coordenação e da secretaria no mesmo espaço físico.	
l.7 Possui sala de direção e secretaria no mesmo espaço físico.	

Relacione outros espaços físicos da instituição que atenda ao Curso:

---



---



---

#### Parte 4 – Perfil dos recursos didático-pedagógicos e de organização escolar

m) Quanto aos recursos didático-pedagógicos (marque a(s) alternativa(s) com X)

Item	Opção
m.1 Não possui material disponível para as aulas práticas do Curso	
m.2 Não possui material disponível para as aulas teóricas do Curso	
m.3 Possui material disponível para as aulas práticas do Curso, mas é inadequado ou insuficiente para atender a demanda	
m.4 Possui material disponível para as aulas teóricas do Curso, mas é inadequado ou insuficiente para atender a demanda.	
m.5 Adaptou o material para atender as demandas específicas das aulas teóricas e/ou práticas do Curso	
m.6 Desenvolveu/ Adquiriu material para atender as demandas específicas das aulas teóricas e práticas do Curso.	

n) Matriz curricular e conteúdos programáticos do Curso (marque a(s) alternativa(s) com X)

O Curso:

Item	Opção
n.1 Não possui matriz curricular e conteúdos programáticos definidos.	
n.2 Possui matriz curricular e conteúdos programáticos, mas não atendem ao seu perfil de formação.	
n.3 Possui matriz curricular que atende ao seu perfil de formação, mas os conteúdos programáticos não atendem.	
n.4 Possui conteúdo programático que atende ao perfil de formação, mas a matriz curricular não atende a legislação.	
n.5 Possui matriz curricular e/ou conteúdos programáticos adaptados de outros Cursos.	
n.6 Possui matriz curricular e conteúdos programáticos desenvolvidos para atender ao seu perfil de formação	

o) O regimento e o projeto político pedagógico (marque a(s) alternativa(s) com X)

O Curso:

Item	Opção
o.1 Não possui projeto político pedagógico	
o.2 Pretende iniciar a construção do seu projeto político pedagógico nos próximos 6 meses	
o.3 Está construindo o seu projeto político pedagógico	
o.4 Possui o seu projeto político pedagógico, mas o mesmo não é conhecido pela comunidade escolar.	
o.5 Possui o seu projeto político pedagógico, mas o mesmo não é revisado pela comunidade escolar anualmente.	
o.6 Possui o seu projeto político pedagógico, sendo o mesmo revisado e implementado por toda a comunidade escolar.	



o.7	Não possui regimento	
o.8	Pretende iniciar a construção do seu regimento nos próximos 6 meses	
o.9	Possui regimento, mas o mesmo não é distribuído na comunidade escolar.	
o.10	Possui regimento, sendo o mesmo distribuído na comunidade escolar.	

### Parte 5 – Perfil dos resultados do Curso

p) De acordo com os registros das Atas finais, o índice de retenção dos alunos do Curso foi de:

	Item	Opção
p.1	De 90 a 100%	
p.2	De 70 a 89%	
p.3	De 50 a 69%	
p.4	De 30 a 49%	
p.5	De 10 a 29%	
p.6	De 0% a 9%	

q) De acordo com os registros das Atas finais, o índice de evasão dos alunos do Curso foi de:

	Item	Opção
q.1	De 90 a 100%	
q.2	De 70 a 89%	
q.3	De 50 a 69%	
q.4	De 30 a 49%	
q.5	De 10 a 29%	
q.6	De 0% a 9%	

r) De acordo com os registros das Atas finais, o índice de aprovação dos alunos do Curso foi de:

	Item	Opção
r.1	De 90 a 100%	
r.2	De 70 a 89%	
r.3	De 50 a 69%	
r.4	De 30 a 49%	
r.5	De 10 a 29%	
r.6	De 0% a 9%	

s) De acordo com os registros da secretaria, o índice de alunos que conseguiram estágio foi de:

	Item	Opção
s.1	De 90 a 100%	
s.2	De 70 a 89%	
s.3	De 50 a 69%	
s.4	De 30 a 49%	
s.5	De 10 a 29%	
s.6	De 0% a 9%	

### Parte 6 – Perfil do custo de implantação do Curso

t) De acordo com os registros da direção, o custo de implantação do Curso foi de:

### Parte 7 – Perfil do custo por turma

u) De acordo com os registros da direção, o custo por Curso foi de:

Item	R\$
u.1 Material didático-pedagógico	
u.2 Material de consumo	
u.3 Material de laboratório	
u.4 Recursos humanos	
u.5 Bolsas (Aux. Financ. Estudantes)	
u.6 Manutenção	
u.7 Divulgação/ processo seletivo	
u.8 Consultoria/ palestras	
u.9 Transporte/ diárias	
u.10 Serv. Terc. (Pessoa Física)	
u.11 Serv. Terc. (Pessoa Jurídica)	
u.12 Outros:	
<b>Total</b>	

Custo:

- por turma: R\$
- por aluno: R\$

**ANEXO B – Modelo de Questionário para Análise Situacional do Curso:  
Consumidor: Docente**

Formação dos docentes:

1. Em sua opinião os egressos terão oportunidade de emprego ou de geração de renda? Justifique sua resposta.
  
2. Em sua opinião a Matriz Curricular e os Conteúdos Programáticos do Curso possibilitam a formação de profissionais para atender as demandas dos agentes sociais (empresas privadas, públicas, ONG,...)? Caso não atenda, o que seria necessário alterar para atender?
  
3. Em sua opinião a infraestrutura que a Instituição oferece/possibilita a formação de profissionais para atender as demandas dos agentes sociais? Caso não atenda, o que seria necessário alterar/ investir para que atenda?
  
4. Como você avalia:
  - a. o currículo do Curso (justifique):
  
  - b. os profissionais (docentes, equipe técnico-pedagógica, gestão, coordenação).
  
5. Você participou da concepção e/ou implantação do Curso? Como? Justifique.
  
6. Sugestões/ Críticas/ Comentários:

---

---

---

**ANEXO C – Modelo de Questionário para Análise Situacional do Curso:  
Consumidor: Egressos**

1. Você está (ou esteve) empregado/estagiando ou prestando serviços como autônomo na área do Curso que você realizou?
  
2. Você está estudando? Qual é o Curso?
  
3. Quais foram os desafios e oportunidades que enfrentou após a realização do Curso?
  
4. Em sua opinião as disciplinas e os conteúdos do Curso possibilitam a formação de profissionais para atender as necessidades do mercado? Caso não atenda, em sua opinião, o que seria necessário?
  
5. Em sua opinião a infraestrutura que a Instituição oferece possibilitou para que a sua formação atendesse ao mercado? Caso não, o que seria necessário alterar/ investir para que atenda?
  
6. Como você avalia:
  - a) as disciplinas do Curso (justifique):
  
  - b) os profissionais (docentes, equipe técnico-pedagógica, gestão, coordenação) que atuam no Curso (justifique):
  
7. Que nota que você atribui à qualidade do ensino ministrado no Curso? (marque apenas uma opção com um "X")

<b>Nota</b>	<b>Opção</b>
Zero	
De 1,0 a 3,9	
De 4,0 a 5,9	
De 6,0 a 7,9	
De 8,0 a 9,9	
Dez	

8. Que nota que você atribui à infraestrutura da instituição? (marque apenas uma opção com um "X")

<b>Nota</b>	<b>Opção</b>
Zero	
De 1,0 a 3,9	
De 4,0 a 5,9	
De 6,0 a 7,9	
De 8,0 a 9,9	
Dez	

9. Sugestões/ Críticas/ Comentários:

---

---

---

**ANEXO D – Modelo de Questionário para os Segmentos Produtivos:  
Consumidor: Representantes do Mundo Produtivo**

Instituição/ Empresa:

Segmento:

Total: de empregados:

Formados na área do Curso:

1. A oferta de vagas na área do Curso em tela é de: estágio ( ) emprego ( )
2. Qual(is) é o nível de escolaridade mínima exigida para preenchimento dessa vagas?
3. Existe dificuldade em preencher as vagas? (relacione alguns motivos)
4. A empresa possui, atualmente, em efetivo exercício: estagiário ( ) contratados ( )
5. Existe uma perspectiva de contratação de estagiários: Sim ( ) Não ( )
6. Outras empresas oferecem vagas nessa área? Sim ( ) Não ( ) Desconheço ( )
7. Em sua opinião o perfil dos profissionais da área, que atuam na sua empresa, atende ao desejado? Sim ( ) Não ( ) Desconheço ( )
8. Caso não atenda, o que você considera como sendo o perfil profissional adequado ao trabalho?
9. Qual é o nível desejado de formação do profissional para atuar na área em foco?
10. Você está satisfeito com os profissionais que atuam na sua empresa atualmente?
11. Em sua opinião o que seria necessário acrescentar, na formação do profissional, para atender as demandas de serviço?
12. Das instituições de ensino que oferecem o Curso em foco, qual (is) você considera como sendo de *excelência* na formação de profissionais? Por quê?